

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E  
SECRETARIADO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ECONOMIA INSTITUCIONAL E TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO DE PAISES E REGIÕES

RICARDO CANDÉA SÁ BARRETO  
GRADUANDO

FORTALEZA, MARÇO DE 2002.

ECONOMIA INSTITUCIONAL E TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO DE PAISES E REGIÕES

RICARDO CANDÉA SÁ BARRETO  
GRADUANDO

RONALDO DE ALBUQUERQUE ARRAES  
Orientador

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

FORTALEZA – CE 2002

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte de requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

----- RICARDO CANDÉA SÁ BARRETO Graduando	Média -----
----- RONALDO DE ALBUQUERQUE ARRAES Prof/Orientador	Nota -----
----- EURIPEDYS EWBANK ROCHA Membro da Banca Examinadora	Nota -----
----- ERIVALDO MOREIRA GADELHA Membro da Banca Examinadora	Nota -----

Monografia aprovada em Março de 2002.

Dedico este trabalho a um grande exemplo de vida... Uma mulher guerreira e vitoriosa. Que sempre lutou pelos seus interesses, apesar das muitas dificuldades, mas que vem superando ao longo de sua vida, com firmeza e determinação, todas estas barreiras. Uma Mãe Divina que sempre esteve e está a meu lado... foram noites em claro... dedicação quase que exclusiva. E, neste momento de conquista, eu não poderia deixar de agradecer por tudo isso e ao mesmo tempo externar o meu Amor e Eterna Gratidão pela minha querida Mãe: Maria Elenir Candéa Sá Barreto.

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, por todas as coisas e oportunidades que Ele permitiu que eu pudesse desfrutar ao longo dessa minha caminhada.

Aos meus pais, Klínger dos Santos Sá Barreto e Maria Elenir Candéa Sá Barreto, que estão sempre do meu lado, respeitando sempre que possível as minhas ideologias. E participaram ativamente de minha evolução humana

As minhas irmãs que estão sempre por perto, nos momentos em que preciso, e também naqueles que desejo ficar sozinho.

Ao professor Ronaldo de Albuquerque Arraes, pelas as sugestões e incentivo oferecidos ao longo da elaboração e finalização deste trabalho.

Aos professores, Eurípedys Ewbank Rocha e Erivaldo Moreira Gadelha, por terem contribuído diretamente na minha formação e por estarem compondo a banca examinadora deste trabalho.

A todas as amizades conquistadas dentro do mundo acadêmico, em especial: Cristiano Lemos; João, o Benigno; Marcelo; Leonardo; André; Márcio; Humberto; Edson; Ednardo, Julio e Fabrício pela amizade sincera e os vários momentos de descontração.

E aos demais professores, que participaram da minha formação acadêmica, os co-responsáveis por esta conquista.

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
SUMÁRIO	v
RESUMO	vi
INTRODUÇÃO	vii
1. ECONOMIA INSTITUCIONAL E DESEMPENHO ECONÔMICO	01
1.1. Aspectos Institucionais influentes no desempenho econômico	01
1.2. Uma proposição Histórica para as diferenças dos efeitos das instituições na performance de algumas economias	06
1.3. Algumas Definições de Capital Social	08
1.4. Capital Social como um traço institucional específico	12
1.5. Crescimento Econômico e Capital social	15
1.6. As Fontes do Capital Social	17
1.7. Sociedade Civil e Estruturas de Associação Horizontais e Verticais	21
1.8. Capital Social e Pobreza	23
2. CAPITAL SOCIAL COMO UM FATOR ENDÓGENO	26
2.1. Capital Social Como um Elemento Produtivo	26
2.2. Capital Social e Investimento em Capital físico	31
2.3. Capital Social e o Capital Público	32
2.4. Capital Social e Inovação Tecnológica	35
2.5. Capital Social e Capital humano	38
2.6. Capital Social e outras fontes do Crescimento Econômico	41
3. APRECIÇÃO DE ALGUNS MODELOS DE CRESCIMENTO ENVOLVENDO CAPITAL SOCIAL	43
3.1. Um Modelo Neoclássico de Capital Social e Crescimento Econômico	43
3.2. O Modelo de Collier (1998) para Capital Social e Crescimento Econômico	47
4. APRECIÇÃO EMPÍRICA	54
4.1. Base de Dados	54
4.2. Metodologia	58
4.3. Discussão e Resultados	60
4.3.1 Estimativas dos modelos (1) e (2)	60
4.3.2 Cenários e Simulações para os Modelos (1) e (2)	61
6. CONCLUSÃO	66
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

## Resumo

O objetivo deste trabalho é verificar empiricamente que variáveis Institucionais contribuíram para elevar o nível de PIB per capita. Não interessa especificamente a contribuição de variáveis macroeconomicamente tradicionais, como o comportamento do déficit ou superávit anterior, mas também a influência que variáveis sociais tiveram sobre estas. A hipótese que está por de trás dos testes realizados é a de que Capital Social e variáveis Institucionais como Qualidade da Burocracia, Regra de Lei; Corrupção; Liberdades Cívicas; Risco de conflito externo; etc. Poderiam ter ajudado ou dificultado o processo de Crescimento econômico. No que se refere aos estados do Brasil, a medida para medir Capital social e talvez os níveis de qualidade institucional é a abstenção eleitoral, baseada no eleitor mediano que influencia os administradores públicos na gestão dos orçamentos estaduais.

## INTRODUÇÃO

Atualmente são discutidas explicações institucionais para o atraso econômico de países e regiões. Alguns estudos recentes sobre crescimento Econômico vêm incluindo elementos institucionais para explicar a convergência dos modelos de crescimento endógeno. E vem sendo ressaltado que as instituições influenciam no equilíbrio de longo prazo dos países. Elementos de um ambiente institucional que incluem a qualidade do governo, do sistema jurídico, garantia de liberdades civis e políticas dos indivíduos, direito de propriedade, democracia, sistema legal (formal), e outras variáveis que de uma ou de outra maneira estão relacionados com o conceito de “Capital Social” que neste trabalho será tratado como um sinônimo de boas instituições.

Um grande avanço é a idéia de que os fatores institucionais importam é considerar a importância da sociedade e das relações sociais no processo desenvolvimento da região. A sociedade civil com maior integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação sócio-econômica em uma região.

Assim a hipótese principal deste trabalho é que elementos institucionais são importantes para explicar as diferenças entre países pobres e ricos. Estes podem ser fontes de superação do atual estágio de países e regiões pobres, em uma dimensão mais ampla da sociedade a capacidade de cooperação dos indivíduos; confiança e participação cívica associada a boas instituições são os elementos que constituem o Capital Social.

Existem diferenças de objetivos e metodologias para se mensurar as instituições, porém é possível afirmar que não são apenas fatores de produção tangíveis que afetam o desempenho econômico dos países. A investigação de como o capital social aumenta a eficiência da sociedade e os efeitos de instituições na performance de economias selecionadas foram o objetivo da pesquisa.

No capítulo I que se segue apresenta as diversas acepções sobre o conjunto de conceitos de instituições e capital social. Conceitos semelhantes que serão usados como uma unidade para explicar as diferenças entre países e regiões, desde proposições Históricas bem como uma associação teórica com crescimento econômico; as fontes desta nova forma de “Capital” ; Sociedade civil, associações horizontais e verticais; e Pobreza. Segue-se a análise de diversos autores inclusive Solow (2000) um ortodoxo da teoria do crescimento econômico passar a dar crédito à Nova Economia Institucional.

Já na segunda parte o estudo é voltado para a definição de Capital Social como um elemento endógeno à produção, investigando a sua participação direta e indireta para o crescimento econômico, analisando as relações existentes entre capital social e outras variáveis explicativas do crescimento econômico como: Capital Físico; Setor Público; Inovação Tecnológica; Capital Humano e outras fontes.

No penúltimo capítulo são apresentados alguns modelos econométricos e teóricos que permitem uma melhor explicação endógena da contribuição do Capital Social no Desempenho econômico de países e regiões.

Com respeito aos modelos utilizados, refere-se a seu âmbito de aplicação espacial uma dimensão institucional (ou sócio-cultural), devem ser recolhidas na análise prospectiva que se faça. Dado que os processos de desenvolvimento endógeno afetam todos os níveis da vida (econômico, social, cultural, ambiental, educacional e institucional), parece acertado envolver no processo a toda a sociedade civil, de maneira que o projeto tenha uma maior legitimidade ao aparecer respaldado por grande parte dos agentes.

E por fim é feita uma apreciação dos efeitos desta nova variável através de Modelos equações Simultâneas. Na metodologia, é feita uma análise empírica temporal de indicadores comparando países desenvolvidos e subdesenvolvidos; e Estados do Brasil quanto ao comportamento das relações institucionais e de capital social.

# 1. ECONOMIA INSTITUCIONAL E DESEMPENHO ECONÔMICO.

## 1.1. ASPECTOS INSTITUCIONAIS INFLUENTES NO DESEMPENHO ECONÔMICO.

Este capítulo visa mostrar que países com melhores instituições e Capital Social, maior segurança de propriedade, menores distorções políticas, vontade em investir em capital físico e humano e investir em fatores mais eficientes para alcançar um maior nível de renda, contribuem para Crescimento Econômico. Muitos economistas e cientistas sociais acreditam que diferenças institucionais e políticas governamentais estão na raiz de grandes diferenças de renda per capita de países. Há pouco consenso de como instituições e a atitudes dos governos (no que se refere à confiança que o governo transmite a nação) podem influenciar no progresso econômico.

A influência de variáveis institucionais sobre o desempenho econômico, em particular no que diz respeito ao nível de produto e ao crescimento, vem sendo investigada em uma série de trabalhos e pesquisas recentes. Uma das principais bases dessa linha são os conceitos desenvolvidos pela Nova Economia Institucional. As principais conclusões desses estudos podem ser reunidas da seguinte forma:

- 1) as instituições que garantem o direito de propriedade são cruciais ao crescimento econômico;
- 2) o grau de corrupção percebida influencia negativamente o desempenho econômico;
- 3) a confiança entre agentes econômicos e a cooperação cívica têm importantes efeitos sobre o crescimento econômico e a produtividade dos fatores; e
- 4) o desenvolvimento institucional promove o crescimento econômico e a convergência dos países em desenvolvimento para os padrões de produto dos países desenvolvidos.

Um complicador para a análise das instituições no desempenho econômico é como construir uma teoria de mudança institucional que explique a diferença evolutiva entre países desenvolvidos e atrasados, já que existe uma dificuldade de isolamento de fontes exógenas de variação do efeito das instituições. Não obstante através de trabalhos Pesquisadores como Arraes e Telles (2000), Leonardo Monastério (1998, 1999, 2000a, 2000b, 2001), Moraes (2000), Blanco (2001a; 2001b), Whitely (2001), Williamson (1995), North (1990), Easterly (1999), Knack e Keefer (1997), Putnam (1993, 2000) Inglehart (1999) e Acemoglu, Jonhson e Robinson (2000) é possível perceber como instituições e o processo de mudança destas afeta o desempenho econômico de regiões e países.

A História demonstra que o desenvolvimento econômico de um país depende dos fatores tradicionais como capital, trabalho, tecnologia e de instituições e leis adequadas, assegurando o direito de propriedade e favorecendo a expansão da iniciativa empresarial.

Segundo Monastério (2000a) *“as instituições e os direitos de propriedade são condicionantes do desempenho econômico” isto pode ser comprovado, pois a estrutura*

*institucional afeta a escolha dos indivíduos ao influenciar a disponibilidade de informação e de recursos e ao estabelecer incentivos e regras básicas, relativas às transações sociais".* E neste sentido Moraes(2000) defende que as instituições regulam a eficiência organizacional de atividades econômicas, através de melhor fluxo de informações, custos mais baixos de transações e externalidades positivas contribuem para um melhor desempenho econômico".

Easterly (2000) afirma que Instituições com alta qualidade como regra de lei, qualidade de Burocracia, liberdade de expropriação governamental e liberdade de repúdio aos contratos do governo geram conseqüências adversas conforme fragmentação etno-lingüística. Enquanto Arraes e Teles(2000) fazem um análise político-institucional sobre o crescimento econômico usando variáveis como: Eficiência burocrática, ausência de corrupção, proteção do direito de propriedade, estabilidade política e coesão à lei. É possível afirmar que em países subdesenvolvidos a estrutura institucional e desfavorável à realização de inovações, as instituições deveriam promover uma transformações sociais, técnicas e econômicas aumentando a eficiência das organizações, o que resultaria em melhor desempenho econômico.

Um pensamento semelhante ao de Abramovay, quando este afirma que "*Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das "redes", das "convenções", em suma, das instituições que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade[ou nação]"*( 2000 p. 1).

North define as instituições como as regras do jogo de uma sociedade ou são as limitações criadas pelos homens que dão forma a interação entre agentes numa sociedade, conseqüentemente, estruturam incentivos no intercambio humano seja político, social ou econômico (1990). A esse respeito Moraes (2000) afirma que "*As instituições reduzem a incerteza ao oferecerem uma estrutura mais estável as relações do dia a dia. As instituições e as mudanças institucionais significam as regras de convivência numa sociedade, que podem ser formais, como leis, ou informais, como a ética e a religião."*

As organizações são os jogadores, estruturas criadas por grupos de indivíduos unidos por alguma identidade comum na direção de certos objetivos com propósitos comuns para atingir certos objetivos (North; 1990). As organizações incluem grupos: Econômicos (empresas, uniões comerciais, sindicatos, cooperativas...); Políticos (partidos políticos, senado, agencias reguladoras,...); Educacionais(centros vocacionais de capacitação, escolas, universidades,...); Sociais(igrejas, clubes, associações desportivas...) etc.

Para North (1990) as instituições são produtos do comportamento humano que também modelam o próprio comportamento humano, à medida que o complexo de restrições formal e informal define um conjunto de oportunidades para as escolhas dos agentes. Ele formalizou relações institucionais e estruturas como governo, o regime político, regras de lei; sistema de tribunal e liberdades políticas civis. Argumenta que as organizações devem ser vistas como

estruturas criadas para maximização de objetivos (como riqueza, renda ou qualquer outro) definidos em torno da obtenção destes objetivos, as organizações vão alterando gradualmente a estrutural institucional. Por exemplo, as trocas de mercadorias e informação, ao longo das cadeias produtivas, são realizadas por organizações e mediadas por instituições.

No que se refere ao direito de propriedade North defende que as inovações ocorrem com mais freqüência a partir do momento que as pessoas possuem confiança de grandes retornos sobre os produtos gerados através da pesquisa e da ciência. Neste sentido é correto afirmar que os países que atraem investimentos são aqueles em que as instituições e as leis são estáveis ou ainda que é preciso reconhecer o caráter humano dos fatos econômicos que devem ser explicados a partir dos hábitos vigentes e da força das instituições que estão sempre se modificando, graças ao desenvolvimento da tecnologia, estimulando a criação de novos hábitos e formas de pensar.

As instituições do estado e sociedade geram muitas vezes a corrupção que prejudicam o desempenho econômico, as oportunidades de emprego e as perspectivas de redução das desigualdades sociais. Estrutura institucional de um país *“explicaria, por exemplo, porque os executivos da máfia desenvolvem diferentes habilidades em relação aos da general motors ou porque a demanda por investimento em conhecimento é radicalmente diferente entre EUA e Irão. A estrutura institucional modela a direção da aquisição de conhecimento e habilidades. Esta direção, que freqüentemente é não previsível, é decisiva para se determinar o desenvolvimento de longo prazo de uma sociedade”* (Moraes; 2000).

Assim a hipótese principal deste trabalho é que elementos institucionais são importantes para explicar as diferenças na trajetória de crescimento entre países pobres e ricos. Estes podem ser fontes de superação do atual estágio de países e regiões pobres, em uma dimensão mais ampla da sociedade a capacidade de cooperação dos indivíduos; confiança e participação cívica associada a boas instituições são os elementos que constituem o Capital Social. O objetivo do trabalho centra-se na investigação de como o capital social aumenta a eficiência da sociedade e neste sentido comparar-se-á os efeitos das instituições na performance das economias selecionadas.

Conclui-se que cadeias, normas, valores e instituições que facilitam a confiança e cooperação dentro ou entre grupos promovem um melhor crescimento econômico para uma região ou país. Tendo uma dimensão institucional da sociedade que envolve arranjos políticos e legais que têm um papel complementar neste processo. A baixa qualidade da burocracia governamental, incerteza quanto aos direitos de propriedade, entre outros traços institucionais, são variáveis empíricas para a compreensão das diferenças na trajetória de crescimento de países e regiões. Assim as instituições são importantes, instituições ruins restringiria as perspectivas de crescimento, no longo prazo, dos países e regiões. Já a falta de capital social seria o elo de ligação entre a desigualdade e o atraso econômico.

E levando em consideração este pressuposto, é possível compreender que uma estratégia política de desenvolvimento não pode se ater somente em políticas creditícias, incentivos fiscais ou de investimentos na infra-estrutura. Ela deve também, procurar manter e ampliar o estoque de capital social em sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo.

Monastério (1998; p. 1) afirma *“que a inexistência, ou ineficiência, das instituições políticas e econômicas de uma economia de mercado complexa restringe severamente a acumulação de capital físico e humano e o progresso técnico. O entrave ao desenvolvimento dos países pobres residiria na carência de uma malha institucional eficiente, o chamado social capital (Coleman, 1990). Por outro lado, existem economias que, outrora dinâmicas e possuidoras de instituições que favoreciam o desenvolvimento, entraram em um processo de degeneração institucional que enrijeceu e estagnou a atividade econômica.”*

*“Uma guerra ou uma revolução seriam as formas mais freqüentes de renovação institucional. Desta maneira, a eliminação, por vezes física, dos grupos de interesse e reformulação institucional seria o truque por detrás dos milagres econômicos da Alemanha, Japão e França no pós-guerra”.*(Monastério 1998; p. 9)

Confiança, qualidade do governo, incerteza quanto aos direitos de propriedade, entre outros traços institucionais, tem tido apoio teórico e empírico para a compreensão das diferenças na trajetória de desenvolvimento dos países.

## 1.2. UMA PROPOSIÇÃO HISTÓRICA DOS EFEITOS INSTITUCIONAIS NA ECONOMIA.

North (1990) elaborou um modelo analítico, em que as instituições formais e informais, moldam e direcionam o comportamento dos agentes econômicos de modo a produzir determinados resultados em termos de ciclos de desenvolvimento econômico.

Acemoglu, Johnson e Robinson (2000) defendem que as instituições coloniais persistiram e formaram a base das instituições atuais. O argumento deles descansa em três premissas:

a) a existência de políticas de colonização diferentes que criaram jogos de instituições diferentes. Por exemplo, nas colônias de exploração as instituições não introduziram muita proteção para propriedade privada, nem eles proveram compensações para contra a expropriação da metrópole. De fato, o propósito principal da colônia de exploração era transferir muito dos recursos da colônia ao colonizador, com a quantia mínima de investimento possível.

Ao outro extremo, muitos europeus foram e povoaram em várias colônias e reproduziram instituições européias, com grande ênfase em propriedade privada. Citam como exemplos primários disto à Austrália, Nova Zelândia, Canadá, e os Estados Unidos.

b) a estratégia de colonização foi influenciada pela viabilidade de determinações. Em lugares onde o ambiente de doença não era favorável a determinação européia, a formação de colônias de exploração era mais provável.

c) o estado colonial e instituições persistiram até mesmo depois de independência. Neste sentido quando as novas elites herdaram as instituições de exploração, estas não incorreram nos custos de introdução de instituições melhores e preferiram explorar as instituições de exploração existentes em benefício próprio.

Baseado nestes três premissas o conjunto de instituições frutos de coalizões arranjos do ambiente econômico, social e político que se desenvolveu nas colônias o conjunto de normas e regras dos países atuais, ou seja, definiu as regras do jogo para organizar a ação coletiva, dirigindo estruturas que permitiram a confiabilidade, evitando assim a mobilização de recursos e racionalização de sua administração, eles usaram as taxas de mortalidade esperadas pelos primeiros colonos nas colônias como um instrumento para instituições. As estimativas deles levaram em consideração controles para climas, geografia, religião e qualidade da terra, colonizador principal, recursos naturais e qualidade da terra. Além do ambiente de doenças e a fragmentação etno-lingüística.

Os colonos europeus poderiam ter trazido uma cultura conducente para o progresso econômico que ainda poderia ter um efeito sobre a renda per capita de hoje. Os colonos tentaram reproduzir as instituições européias, com grande ênfase em propriedade privada.

Em regiões onde, predominou um ambiente de doenças (Malária) com uma alta taxa de mortalidade não era favorável ao povoamento europeu e/ou regiões onde ocorreu uma forte

fragmentação etno-lingüística, isto foi um empecilho para a reprodução das instituições européias, nestes casos a formação de colônia de exploração, um sistema de mercantilismo de monopólio complexo fundamentado na estratégia de extração de recursos coloniais, era o mais provável. Assim países subdesenvolvidos atualmente na África e América Latina não são mais pobres que outros por causa de puros fatores geográficos ou culturais, mas por instituições piores. As instituições coloniais que se adaptaram as novas situações aumentaram sua eficiência, já as instituições que não mudaram em relação às necessidades de mudanças, tendo em vista as exigências do crescimento econômico e as transformações da sociedade criaram um entrave, uma rede de instituições em conflito que agem sobre os indivíduos e que se refletem nas próprias instituições através de hábitos e padrões de comportamento.

Para Easterly e Woolcock (2000) a homogeneidade etno-lingüística pode ser um indicador de um grupo nacional que desenvolveu uma identidade comum durante décadas ou séculos que formam uma identidade nacional. Onde tal identidade comum esta faltou, os políticos oportunistas (elite) podem ter explorado as diferenças étnicas para construir uma base de poder. O que ao longo do tempo dificultou uma coesão social. Porém em alguns casos políticos os políticos poderiam ter construído instituições boas, que unificaram as pessoas impedindo a tendência fragmentação etno-lingüística.

### 1.3. ALGUMAS DEFINIÇÕES DE CAPITAL SOCIAL.

Existem varias definições para Capital Social seja na ciência política, sociologia e Economia mais pouco consenso entre os diversos autores sobre a definição deste conceito.

Fukuyama (1995) definiu capital social como um conjunto de normas informais que promove cooperação entre dois ou mais indivíduos. Sendo que as normas que constituem capital social podem variar de uma norma de reciprocidade entre dois amigos, ou de um modo mais complexo e elaborado que articulou doutrinas como cristianismo ou confucionismo.

James Coleman (1988) definiu Capital social pela sua função, como uma variedade de entidades com dois elementos em comum: primeiro que tudo consiste em algum aspecto em estruturas sociais, e em segundo uma maior facilidade na ação dos atores incorporados dentro de uma estrutura.

*"Social capital ... is not a single entity, but a variety of different entities having two characteristics in common: they all consist of some aspect of a social structure, and they facilitate certain actions of individuals who are within the structure". (Coleman, 1990, p. 302).* Ele identifica três formas de capital social: a) as obrigações e expectativas que dependem da credibilidade que os agentes tem uns nos outros; b) a capacidade de transmissão de informações pela estrutura social de modo a propiciar uma base para a ação; c) a presença de normas de conduta e de suas respectivas formas de sanções.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, a vinculação a um grupo, como um conjunto de agentes que, não somente são dotadas de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas relações são irredutíveis a relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundados em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade.

Já para Monastério (1999) capital social *"pela sua função, ele está presente sempre que houver uma característica da organização social que, intencionalmente ou não, potencializa o trabalho humano, coordenando as atividades dos agentes com resultados positivos"*.

Porte (1998) distinguiu três funções de capital social diferindo em contextos dentro da sociedade: como uma forma de controle social (controle sobre ações de crianças e jovens, por exemplo), como uma fonte de apoio familiar (o apoio que as famílias transmitem as crianças), e como uma fonte de benefícios por cadeias extrafamiliar. Cox (1995) definiu capital social como uma medida de satisfação da maneira como interagimos.

Para Putnam (1996) e Helliwell (1996) capital social é um conjunto de características de organizações sociais, como cadeias, normas e confiança que facilitam a ação e cooperação para beneficio mutuo. Ou ainda Capital social são as aptidões dos indivíduos: a propensão de cada

um para o comportamento cooperativo, a resolução de conflitos, a tolerância, etc (Glaeser, Laibson e Sacerdote; 2000). Ou ainda como sendo "*individual's social characteristics ... that enable that person to extract private returns from interactions with others.*" (Glaeser et al., 1999, p. 2-3).

Embora muito difícil de mensurar, sabe-se que o capital social se fez presente em regiões que obtiveram níveis de crescimento e desenvolvimento maiores do que outras, onde as características do capital social se faziam ausente. Para regiões da Itália em que ocorre um encadeamento casual que ocorrem altos níveis de confiança e compromisso cívico a níveis mais altos de desempenho governamental regional e em consequência níveis mais altos de desempenho econômico.(Helliwell e Putnam, 1995).

Em uma visão mais ampla é a do Banco Mundial (1998b) em define capital social de uma sociedade inclui as instituições, as relações, as atitudes e valores que governam as interações entre pessoas e contribui para o desenvolvimento econômico e social. Porém ressalta que capital social não é apenas a soma das instituições que suportam a sociedade é também a cola que as une. Assim inclui os valores compartilhados e regras para a conduta social expressada em relações pessoais, confiança e bom senso de responsabilidades civis que faz da sociedade, mas que uma coleção de indivíduos.

O Banco Mundial (2001), Woolcock (1999) e Putnam (2000) mostram três dimensões para capital social:

1) Capital Social Unificador são os fortes vínculos que ligam os membros das famílias, vizinhos, amigos e parceiros nos negócios, envolve os vínculos entre agentes de mesma posição. Em que é criado um ambiente de lealdade e reciprocidade entre os membros, sendo útil, especialmente, para a resolução de problemas de ação coletiva e para o apoio mútuo intragrupo;

2) Capital Social Conectivo: são vínculos fracos entre indivíduos de diferentes antecedentes étnicos e ocupacionais;

3) Capital Social Vinculador que consiste de elos verticais entre os pobres e as pessoas que ocupam posições influentes nas organizações formais (bancos; agências de extensão agrícola, polícia).

A visão de Capital Social que importa neste trabalho trata da importância da estrutura institucional da sociedade civil, e nela compreendida as formas de cooperação e participação, para a promoção, a longo – prazo, de mudanças nessa estrutura e o desenvolvimento econômico de um país ou região.

Putnam e Helliwell (1995) também asseveraram que as associações, além de permitirem a coordenação dos interesses em comum e a provisão de bens coletivos, tornam a intervenção pública mais eficaz e, portanto incentivam o crescimento econômico. Em suma, nessa visão, um número maior de associações indicaria um maior estoque de capital social de maneira inquestionável.

Nascimento (2000) associa o capital social ao objeto investigado, pode ser de quatro tipos:

a) Capital Social cívico: atende ao requisito da valorização da cidadania ou do fortalecimento da sociedade civil organizada.

b) Capital Social governamental: atende ao requisito da inserção das instituições públicas na sociedade ou da construção da autonomia inserida do Estado.

c) Capital Social empresarial: atende ao requisito da construção social dos mercados ou obtenção de vantagens competitivas.

d) Capital Social Comunitário: atende ao requisito da revitalização dos valores compartilhados em comunidades rurais ou inclusão socioeconômica de espaços rurais tradicionais.

Já do ponto de vista do valor social imputado pode ser também de quatro tipos:

a) Capital Social de inovação: atende ao requisito da formação de sistemas regionais de inovação ou da criação do ambiente social inovador.

b) Capital Social de regeneração: atende ao requisito da sustentabilidade sócio-ambiental ou da reprodução ampliada da qualidade de vida.

c) Capital Social de mobilização: atende requisito da contestação, participação e articulação social ou politização do espaço público.

d) Capital Social de associação: atende ao requisito da ressocialização institucional ou reinsersão de populações tradicionais na sociedade e na economia.

O indivíduo não é visto isoladamente, mas em interação, como um construtor de laços de coesão a partir dos quais facilita ações coordenadas para lidar com dilemas coletivos. Desse ponto de vista, o capital social constitui-se de características da estrutura social que equivaleriam a um "ativo social" de capital, ou seja, pela capacidade coletivamente adquirida de poder mobilizar recursos sociais na ausência de outros recursos normalmente considerados (matéria prima, insumos, capital bancário, capital humano etc.), o capital social pode ser adicionado como um componente superestrutural na equação do desenvolvimento. Assim o capital social teria um papel central, em que quanto maiores forem as relações de confiança e reciprocidade em uma comunidade, maior será a probabilidade de otimização do capital físico-econômico e do capital humano.

A formação do conceito de Capital Social é, na verdade, uma síntese de várias contribuições, nas quais informa-se que:

a) É possível promover trajetórias socioeconômicas diversas a partir da observação prática das mudanças institucionais que se processam em regiões onde predominam laços humanos tão horizontais;

b) É possível gerar oportunidades de desenvolvimento, escala de participação organizada e sustentabilidade dinâmica do território a partir de redes sociais de negociação;

c) É possível um maior compartilhamento entre investimento econômico e social, pensando a política econômica e a política social de forma conjunta;

d) É possível redesenhar o espaço público a partir da negociação entre múltiplos interesses em sociedades democráticas;

e) É possível construir uma percepção de que desigualdades devem ser combatidas a partir de projetos alternativos, dando suporte e vitalidade às iniciativas locais de desenvolvimento.

Baseados nesses argumentos pode-se sugerir que o conceito de Capital Social, enquanto conceito construído empiricamente em diversas situações reais encontradas e diante das prerrogativas levantadas pelos estudos de caso aqui mencionados, seja definido como a capacidade coletiva de constituir/articular redes de sociabilidade e convertê-las em ativo social, um valor social disponível e equivalente, em termos potenciais, a um ativo de capital. O conteúdo dinâmico desse ativo social, portanto, são os laços de coesão que vão se estabelecendo, ganhando complexidade e permitindo à sociedade desenvolver o provimento sinérgico necessário à promoção do desenvolvimento.

O Capital Social segue a continuidade das regras e sistemas de participação cívica que caracterizam os distintos desempenhos institucionais, bem como dos tipos de desenvolvimento perpetuados, devem-se ao caráter de subordinação à trajetória dos sistemas sociais, em que o contexto social herdado da história influi no comportamento humano racional, produzindo diferenças duradouras no desempenho institucional e econômico das sociedades (Nascimento, 2000). Assim Capital Social é um processo em que uma coletividade adquire poder à medida que fortalece laços de coesão, capacita-se e habilita-se para promover seu autodesenvolvimento.

Capital Social é chamado de “Capital” por ser considerado um recurso, e é chamado de “Social” porque envolve as pessoas que são sociáveis, para os economistas é social porque surge da interação entre agentes econômicos. Estes efeitos econômicos que não são internalizados dentro do cálculo da decisão dos agentes no mercado são chamados de externalidades (Collier; 1998).

A idéia de capital social não é completamente neutra, mas é vista por alguns autores como um complemento de capital físico, capital financeiro, e capital humano que pode forjar uma dimensão social importante. Pode-se muito bem afirmar que boa parte do atraso econômico no mundo se deve à falta de confiança. (Kenneth Arrow Apud Monástério, 2001).

#### 1.4. CAPITAL SOCIAL UM TRAÇO INSTITUCIONAL ESPECÍFICO.

Grotaert (1997) distinguiu capital social em duas visões: a literatura dos economistas que o identificam no papel das instituições, vigente desde da década 20 com Thorstein Veblen e Mitchell, que atualmente foi reavivado pela Nova Economia Institucional; e a literatura dos Cientistas políticos, Sociólogos e antropólogos que se referem ao conceito como um jogo de normas, cadeias organizações pelas quais pessoas ganham acesso a recursos e poder de decisão na formulação de políticas.

E na visão econômica em dois níveis: O Nível Microeconômico capital social melhora o funcionamento do mercado e O Nível Macroeconômico em que o seu efeito se dá por instituições niveladas, armações legais e o papel do governo na organização da produção. Monastério (2000a) trata Capital Social como ambiente institucional, em suas palavras: *“A abordagem ainda mais genérica considera o ambiente político e social que contribua para a eficiência produtiva estática e dinâmica como componentes do capital social. Inclui, portanto, a qualidade do governo, do sistema jurídico e a garantia de liberdades políticas e civis dos indivíduos e do Estado de Direito<sup>1</sup>. Nesse sentido, o capital social é quase um sinônimo de “boas” instituições.”* (pág 4).

Dentro de uma macro-visão do relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 o capital social concentra-se no ambiente social e político que configura as estruturas sociais e permite o desenvolvimento de normas. O ambiente incluiu os relacionamentos e estruturas institucionais formalizadas, tais como o governo, o regime político, o primado do direito, o sistema político e as liberdades civis e políticas. As instituições têm efeito significativo o ritmo e o padrão de desenvolvimento econômico. Indicadores de qualidade da burocracia, confiança nas instituições, e risco político são consideradas variáveis independentes da determinação das taxas de crescimento dos países Clague et al. (1997).

Em algum plano, a estrutura institucional é importante, Por exemplo, os diferentes caminhos da Coréia do Norte e do Sul, em que uma é um país estagnado sob o plano central e coletivo e a outra com propriedade privada e o mercado. Solow (2000) levanta a discussão de que o sucesso de alguns países asiáticos dos quais a Coréia do sulfa parte, possui um algo mais que é necessário para explicar suas taxas de crescimento, isto é, se os padrões de comportamento (capital social) pertinentes são o que contam para a habilidade dessas sociedades em acumular capital e mobilizar trabalho qualificado com rapidez e eficiência, ou apenas uma economia de produção convencional, ainda assim ele não identificou padrão de

---

<sup>1</sup> Veblen e Mitchell foram dois economistas considerados dois fundadores da Escola Institucionalista Americana na década de trinta, seu objetivo era desenvolver uma análise econômica baseada no estudo das estruturas, regras e comportamentos das instituições. Defendiam ainda que a estrutura política e social de um país podem bloquear ou distorcer processos econômicos normais. (Ver Sandroni (1994) pág's 174; 226; 369).

comportamento para o sucesso das economias asiáticas. Assim pode-se perceber que para Solow o vínculo teórico entre capital social e crescimento econômico é muito indireto.

Isto levanta uma questão que precisa ser respondida: Qual o impacto das instituições no desenvolvimento econômico, é porque regiões crescem e outras não. O capital social, embora muito difícil de mensurar pode ser a resposta desta questão, Pois segundo Putnam (1996) sabe-se que o capital social se fez presente em regiões que obtiveram níveis de crescimento e desenvolvimento maiores do que outras, onde as características do capital social se faziam ausentes.

O Capital Social facilita as ações sociais através de características como a organização social, confiança, normas e sistemas jurídicos. As nações e as regiões mais prósperas em um futuro de livre mercado serão aquelas melhor preparadas para formar cidadãos dispostos a trabalhar cooperativamente e organizadas para promover associações voluntárias entre suas instituições. Por isso, tanto a idéia de capital social, quanto à de cooperação, nos últimos anos, têm sido destacadas por organismos internacionais como o Banco Mundial.

Grotaert (1997) ressalta que algumas visões de capital social compartilham de características comuns, sugere que as relações sociais afetam os resultados econômicos e que são afetadas por eles em todos os vínculos das esferas econômicas, sociais e políticas. Assim as relações entre os agentes econômicos podem melhorar a eficiência das atividades econômicas (formais e informais).

Levando em consideração estes pressupostos, é possível compreender que uma estratégia política de desenvolvimento não pode se ater somente em políticas creditícias, incentivos fiscais ou de investimentos na infra-estrutura. Ela deve também, procurar manter e ampliar o estoque de capital social em sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo.

Existe uma dificuldade em atribuir importância à noção de confiança, não é fácil de construir e não pode ser reduzida a equações algébricas. Pois confiança é parte do capital social da comunidade e tem raízes históricas e culturais profundas. Mas isto não quer dizer que não podemos atuar para dar forma às instituições e aos padrões de conduta de modo a gerar mais confiança. Uma comunidade com uma democracia local vigorosa, que ofereça amplas oportunidades para o trabalho cooperativo, produzindo resultados locais, tem melhores condições de gerar confiança e transferi-la para as áreas econômica e social, do que uma outra sem tais oportunidades.

Deve se ter economia e sociedade baseadas na participação, mas que seja instituída por um estado contemporâneo, em condições contemporâneas. Não se trata da socialização do capitalismo, do aumento do governo ou do corporativismo, e sim a criação de instituições, de sistemas e de uma arquitetura social mais ampla, destinada a melhorar o equilíbrio econômico e

social, e assim aprimorar uma cultura onde a humanidade comum e o instinto de cooperação possam florescer.

Mas para que haja um progresso real nesse campo, o governo precisa utilizar incentivo, fazer leis e criar instituições inovadoras que fortaleçam esse comportamento e orientem a sociedade no sentido do objetivo comum; ao mesmo tempo o governo precisa procurar, na medida do possível, não intervir diretamente no mercado na condição de ator, embora isto possa vir a ser necessário. Deve-se ter a premissa ou perspectiva de que o setor que, o político, o econômico e o social estão interligados em um todo; se a participação política depende da cidadania política, os mesmos critérios abrangentes de cidadania se aplicam às esferas econômica e social.

O Capital Social, portanto, deixa de estar subordinado, exclusivamente, à trajetória histórico-cultural e passa a promover trajetórias diversas de mudança social, gerando alternativas e, por conseguinte, oportunidades de desenvolvimento; gerando escolhas e, por conseguinte, escala de participação organizada; e, finalmente, gerando investimento social e, por conseguinte, sustentabilidade dinâmica do território.

## 1.5. CRESCIMENTO ECONÔMICO E CAPITAL SOCIAL.

Atualmente na literatura econômica vem sendo ressaltada a importância do capital social, ou da medida em que os cidadãos estão dispostos a cooperar entre si através de relações de confiança interpessoal e na eficiência das instituições para o desempenho econômico das sociedades contemporâneas. Os mecanismos pelos quais valores cívicos influenciam o desempenho socioeconômico são vários: os níveis de confiança existentes em uma sociedade servem para reduzir custos de transação nas economias de mercado o que facilita as relações econômicas e sociais.

A cooperação para o desenvolvimento<sup>2</sup> pode também postular, na atualidade, a responsabilidade por contribuições para uma ampla gama de fatores importantes para o desenvolvimento sustentável, que são menos quantificáveis. Esses fatores abrangem desde a melhoria da capacidade para administrar políticas econômicas e sociais até a crescente atenção dada a temas como a responsabilidade perante o público, a obediência à lei, o respeito aos direitos humanos, o aumento da participação, a acumulação de capital social e a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Esses aspectos do desenvolvimento, mais complexos que alguns dos desafios anteriores, são componentes básicos da cooperação internacional na atualidade [OECD, 1996, p.8].

Para a economia convencional os elementos que constitui o crescimento econômico são os investimentos em máquinas e equipamentos; infra-estrutura; tecnologia; educação e preparação técnica da mão de obra adicionada a eficiência das políticas públicas (fiscal e monetária). A questão que se coloca e que firmas podem possuir sistemas de centrais telefônicas e ar condicionado, departamento de contabilidade, recursos físicos e humanos semelhantes e ainda assim ter diferentes produtividades (no nível micro) e algumas comunidades, regiões ou países possuem dotações semelhantes de capital físico, humano, tecnologia e atuação do governo (no nível Macro) e ainda assim possuem taxas de crescimento bem diferentes. E o que todo mundo tem nunca pode constituir uma vantagem. Isto torna necessária a busca de outras fontes que possam explicar o crescimento econômico.

Capital Social seria a cola ou elo de ligação entre estes fatores, é o elo invisível que mantém a coesão social e é um facilitador das transações da economia. Segundo o Banco Mundial *“As organizações da sociedade civil e o Estado podem lançar os alicerces institucionais para que os grupos cooperem com vistas ao bem comum. As instituições precisam ser participativas, idôneas e responsáveis, de tal forma que a população possa ver os benefícios da cooperação. Tais instituições devem estar ancoradas em sistemas constitucionais e jurídicos e*

---

2 O Desenvolvimento Econômico significa o processo pelo qual os países subdesenvolvidos eliminam a distancia que os separam dos países de capitalismo avançado. Neste sentido, esta diferencia-se de outra acepção do termo, na qual o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, significando o aumento percentual do produto nacional mais rápido que o aumento percentual da população. A primeira acepção é preferida pelos economistas que diferenciam o esforço empreendido pelos países subdesenvolvidos para eliminar o seu atraso do processo de crescimento gradual das economias modernas.

*em sistemas políticos representativos, permitindo que grupos defendam seus interesses por outros mecanismos que não a violência.” (2001, pág, 133).*

Grotaert (1997) identifica que países com dons semelhantes de capital natural, físico, e humano alcançaram níveis muito diferentes de desempenho econômico. Assim tem regiões ou cidades dentro de países, e até comunidades dentro de regiões ou cidades. Eis quatro casos identificados por ele que exibem um aspecto de capital social para crescimento econômico.

Caso 1: as altas taxas de crescimento econômico dos tigres asiáticos, relativos a outras partes do mundo, só pode ser explicado em parte através de fatores convencionais como investimentos em capital humano; capital físico e tecnologia. Políticas governamentais contanto um ambiente habilitando, caracterizou através de arranjos institucionais e desígnios organizacionais que aumentaram eficiência, troca de informação, e cooperação entre o governo e indústria;

Caso 2: Em um estudo de Itália, Putnam (1993) discutiu que a densidade mais alta de associações entre pessoas na Itália do norte explica o sucesso econômico da região relativo a Itália meridional onde tais associações são menos freqüentes;

Caso 3: Depois do outono de 1991 a desordem civil e governamental prevalecia na Somália a renda caiu em todo o país. Uma exceção era a cidade de porto de Boosaaso, em que, um conselho de anciões com o apoio das pessoas locais organizou uma força de segurança que permitiu o florescimento do Comércio, e com isso as rendas melhoraram.

Caso 4: Em Gujarat, Índia, confrontações violentas entre as comunidades locais e governo, conduziam a estagnação econômica. Depois que as comunidades foram mobilizadas e uma administração comum foi instituída, os conflitos recuaram e a produtividade e rendas da aldeia subiram.

E no Brasil - Caso 5: No Rio Grande do Sul Monastério (2001) Identificou que região norte do estado as taxas de crescimento maiores são acompanhadas de uma participação cívica maior em relação à parte sul do estado. Um estudo semelhante elaborado por Blanco (2001 a; 2001b) analisa a participação cívica nas eleições para governadores e seus efeitos sobre as despesas estaduais.

## 1.6. AS FONTES DE CAPITAL SOCIAL:

Capital Social tem uma variedade de fontes, inclusive a família, escolas, comunidades locais, firmas e unidades administrativas nacionais; subnacionais e outras instituições. Aspectos da estrutura social como confiança, cadeias e convenções que encorajam a colaboração e coordenação entre amigos e estranhos determinam a nossa habilidade para alcançar metas comuns. Estas relações benéficas entre organizações e indivíduos, capital social, têm ramificações econômicas importantes. Interações sociais e cadeias são mecanismos para a provisão de bens públicos e para a transmissão de idéias novas e de valores compartilhados, incrementando o conhecimento humano e desenvolvendo a confiança necessária para o funcionamento dos mercados. Em outro aspecto a confiança é associada com ministérios da justiça mais eficientes, menos corrupção e qualidade mais alta da burocracia governamental.

Os indicadores seguintes têm sido usados em estudos empíricos. Indicadores de objeto pegos de associações horizontais, numa micro-perspectiva e tipicamente foi colecionado para análise dentro de um país. Os outros jogos foram calculados indicadores ao nível nacional e foram usados em pesquisa através dos campos conforme Tabela 1.1.

Tabela 1.1

<b>Associações Horizontais:</b>	<b>Sociedade Civil e Política:</b>
<i>Número e tipo de associações ou instituições locais;</i> <i>Extensão de sociedade;</i> <i>Extensão de participação em decisões;</i> <i>Extensão de homogeneidade da família dentro da associação;</i> <i>Extensão de renda e homogeneidade de ocupação dentro da associação;</i> <i>Extensão de confiança nos sócios de aldeias e casas;</i> <i>Extensão de confiança em governo;</i> <i>Extensão de confiança em uniões de comércio;</i> <i>Percepção de extensão de organização de comunidade;</i> <i>Confiança em cadeias de apoio;</i> <i>Porcentagem de remessas de renda doméstica;</i> <i>Porcentagem de despesa doméstica para presentes e transferências;</i> <i>Relação de dependência dos mais velhos.</i>	<i>Índice de liberdades civis;</i> <i>Porcentagem de população que enfrenta discriminação política;</i> <i>Índice de intensidade de discriminação política;</i> <i>Porcentagem de população que enfrenta discriminação econômica;</i> <i>Índice de intensidade de discriminação econômica</i> <i>Porcentagem de população envolvida em movimentos separatista;</i> <i>O índice de direitos políticos;</i> <i>Índice de liberdades políticas;</i> <i>Índice de democracia;</i> <i>Índice de corrupção;</i> <i>Índice de ineficiência governamental;</i> <i>Força de instituições democráticas;</i> <i>Meça de "liberdade humana";</i> <i>Meça de estabilidade política;</i> <i>Grau de descentralização do governo</i> <i>Aparecimento de eleitor;</i> <i>Assassinatos políticos.</i> <i>Mudanças de governo constitucionais e Golpes súbitos.</i>
<b>Integração social:</b> <i>Indicador de mobilidade social;</i> <i>Medida da força de "tensões sociais";</i> <i>Fragmentação de Etno – lingüística;</i> <i>Demonstrações de Greves, Revoltas e Protestos;</i> <i>Taxas de homicídio;</i> <i>Taxas de suicídio;</i> <i>Outras taxas de crime;</i> <i>Prisioneiros por 100,000 pessoas;</i> <i>Taxas de ilegitimidade;</i> <i>Porcentagem de casas de único-pai.</i>	<b>Aspectos legais e de governabilidade:</b> <i>Qualidade de burocracia;</i> <i>Independência de sistema de tribunal;</i> <i>Expropriação e risco de nacionalização;</i> <i>Liberdade de repúdio de contratos do governo;</i> <i>Força de execuções contratuais.</i>

Fonte: Grotaert (1997 pág 14).

A medida de capital social é muito difícil, pesquisas usam diferentes combinações de metodologia de pesquisas qualitativas, comparativas e quantitativas. Uma aproximação econômica consiste nos indicadores de condições políticas e legais que descrevem as regras institucionais nas quais é embutido o capital social. Estas instituições condicionam e suporta

atividades de mercado, vida cívica e provêem uma armação na qual capital social contribui a vários resultados.

A Tabela 1.2. a seguir mostra possibilidades diferentes de capital social e sugere algumas mudanças qualitativas com implicações quantitativas. Por definição, uma coleção de pessoas com nenhum ou um capital social mínimo pode ser considerada uma sociedade. Mas nos deixe assumir isso há algum nível de associação mínima atomística e elementar que representa nenhum social capital conforme Tabela 1.2.

Tabela 1.2.

	<i>Nenhum Capital Social</i>	<i>Capital Social mínimo</i>	<i>Capital Social aumentado</i>	<i>Máximo Capital Social</i>
	Nenhum interesse no bem-estar dos outros	Compromisso principalmente em possuir bem-estar	Compromisso para empreendimentos comuns	Compromisso para bem-estar dos outros
Valores	Ego independente - maximização de interesse como motivo	Cooperação para a extensão que serve a própria vantagem da pessoa	Cooperação para uma maior extensão se isto seu eficaz	Cooperação com consideração limitada para a própria vantagem da pessoa
Assuntos	Ego -engrandecimento	Eficiência	Efetividade	Altruísmo
	Egoísmo - como isto que é socialmente destrutivo pode ser impedido?	Transação vale - como enlate este sido reduzido para aumentar benefícios respectivos	Garantia - como enlata cooperação, i.e., agrupando de recursos, tenha sucesso e sido sustentado?	Abnegação - como distante isto deveria ser levado? (por exemplo, patriotismo, fanatismo religioso).
Estratégia	Autonomia	Cooperação tática	Cooperação estratégica	Fusão ou submersão de interesses individuais
Benefícios mútuos	Não pertinente	Instrumental	Institucionalizado	Transcendente
Opções	(Hirschman, 1970).	Saia, se insatisfeito.	Expresse, tente melhorar condições.	Lealdade, aceitação,
Teoria de jogo	Soma zero, escolhas podem ficar negativas – nos seus resultados soma de competição é ilimitada.	Soma zero, trocas pretendidas maximizam os próprios interesses podem ter resultados soma positivo.	Soma Positiva, objetivo é maximizar próprio e o interesse dos outros para vantagem mútua.	Soma Positiva, objetivo é maximizar interesses comuns, o próprio interesse é menos importante.
Funções de utilidade	Independente (peso só dado para possuir utilidades)	Independente (próprias utilidades avançaram por cooperação)	Positivamente Mutuamente dependente (peso dado a outras utilidades)	Positivamente mutuamente dependente (pequeno peso nomeou para possuir utilidades comparadas a outros)

FONTE : World Bank ; 1998b - p. 111

Assim capital Social permite aos indivíduos, grupos e comunidades solucionar problemas coletivos mais facilmente. A ação coletiva envolve uso de normas e cadeias em situações, onde os indivíduos poderiam ser caso contrario relutantes em ser cooperativos ou socialmente comprometidos. Assim normas de reciprocidade e cadeias ajudam a assegurar a complacência coletiva desejável.

Como ressaltou Putnam "A regra da reciprocidade generalizada é um componente altamente produtivo do capital social. As comunidades em que essa regra é obedecida têm

*melhores condições de coibir o oportunismo e solucionar os problemas da ação coletiva*". (1996 p.182).

A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação, e a própria cooperação gera confiança. Ou seja, *"Para haver cooperação é preciso não só confiar no outro, mas também acreditar que goza de confiança"*. (1996 p.174).

Porém segundo Putnam (2000) nos unidades da federação norte-americana (E.U. A) as associações civis e participação dos cidadãos vêm diminuindo ao longo dos anos, e Inglehart (1996) que mostra segundo pesquisa de valores mundiais durante um período de 1981-1996 que na maioria dos países capital social vem sofrendo declínio nos seus componentes como participação cívica e confiança na Igreja, autoridades, polícia e forças armadas conforme Tabela 1.3. a seguir.

Tabela 1.3.

country	CPE	RA	CFA	CP	CI	country	CPE	RA	CFA	CP	CI	country	CPE	RA	CFA	CP	CI			
Brasil	1981	.	0	0	0	-	EUA	1981	45,4	85	36	27	45	Canadá	1981	49,6	77	19	30	30
	1990	6,7	81	32	13	-		1990	50	77	29	21	46		1990	52,4	64	11	24	24
	1996	3	83	31	10	-		1996	36	76	33	16	40		1996	.	-	-	-	-
Coréia	1981	38	10	55	29	24	França	1981	24,8	60	15	12	17	Dinamarca	1981	56	29	9	28	8
	1990	34,2	14	31	10	21		1990	22,8	59	12	9	12		1990	57,7	35	9	29	11
	1996	30	16	18	7	13		1996	.	-	-	-	-		1996	.	-	-	-	-
Chile	1981	.	0	0	0	0	Japão	1981	40,8	7	6	15	5	Suécia	1981	57,1	30	7	16	7
	1990	22,7	80	16	0	0		1990	41,7	6	3	11	3		1990	66,1	22	7	13	7
	1996	21	54	19	0	0		1996	42	5	7	14	2		1996	60	21	7	15	6
México	1981	17,7	68	21	12	48	Turquia	1981	.	-	-	-	-	Noruega	1981	61,2	37	17	30	16
	1990	33,5	65	9	7	46		1990	10	65	59	30	-		1990	65,1	32	11	20	11
	1996	28	65	18	6	43		1996	6	65	67	31	-		1996	65	31	10	16	10
Nigéria	1981	.	0	-	-	-	Holanda	1981	46,2	54	5	-	10	Finlândia	1981	57,2	29	20	24	11
	1990	22,9	91	41	30	82		1990	54,9	51	3	-	7		1990	62,7	26	13	10	8
	1996	19	79	20	15	65		1996	.	-	-	-	-		1996	49	27	27	24	12
Argentina	1981	27	61	3	4	22	Irlanda	1981	40,2	80	26	32	38	Islândia	1981	41,6	50	8	8	22
	1990	23,3	69	9	5	26		1990	47,4	81	21	36	39		1990	43,6	42	4	19	19
	1996	18	64	6	4	23		1996	.	-	-	-	-		1996	.	-	-	-	-
Itália	1981	26,3	63	18	18	28	Reino Unido	1981	44,4	74	38	40	20	Bélgica	1981	30,2	57	8	10	22
	1990	37,1	44	7	12	27		1990	43,6	72	32	24	16		1990	33,2	50	5	7	14
	1996	.	-19	-	-	-		1996	.	-	-	-	-		1996	.	-	-	-	-
África/sul	1981	30,5	66	21	19	48	Alemanha	1981	.	-	-	-	-	Espanha	1981	34,5	77	24	19	25
	1990	28,3	88	24	25	59		1990	57	1	6	18	1990		33,8	68	8	10	24	
	1996	16	80	18	31	60		1996	39	3	4	3	1996		30	72	8	11	17	

Fonte: World Values Surveys carried out in 1981-3, 1990-1993 and 1995-1997 - indicates no survey in given year, In ICPSR (2001). Onde: C. I. = Mudanças em (%) que expressam muita confiança na igreja, 1981-1997; R. A. = Mudanças (%) mais respeito das autoridades, 1981-1997; C. F. A = Mudanças (%) que expressam muita confiança nas forças armadas, 1981-1997; C. P. = Mudanças (%) que expressam muita confiança na polícia, 1981-1997 - Índice (1-9) onde os menores valores representam mais confiança; C. P. E. = Mudanças (%) que expressam muita confiança nas pessoas, 1981-1997 - Índice (1-9) onde os menores valores representam mais confiança.

O nível de capital social depende ainda da vontade de indivíduos em participar na comunidade e isto depende das características sócio-econômicas e demográficas da comunidade. Nas palavras de Putnam a participação *"(...) quando tomamos por base as*

*tradições cívicas e o desenvolvimento sócio – econômico registrado no passado para prever o atual desenvolvimento econômico, constatamos que o civismo é na verdade melhor prognosticador do desenvolvimento sócio – econômico do que o próprio o desenvolvimento”* (1996 p.166).

Cotê (2001) destaca como capital social pode ser criado:

a) As escolas podem representar um papel central em hábitos pedagógicos de compromisso cívico e político nas crianças e adolescentes;

b) Os governos deveriam apoiar comunidades locais e esforço voluntário e deveria ter cuidado para evitar políticas que podem corroer a iniciativa e os níveis de confiança política;

c) Usar a mídia eletrônica (Televisão, Internet) para combinar compromissos da comunidade, lazer e promover compromisso cívico e laços comunitários mais fortes.

Capital social seria uma infra-estrutura social ou capacidade social, englobando tanto cadeias e relações sociais como instituições. As práticas colaborativas, por si só, não desencadeiam o progresso econômico, contudo, são bases para regiões enfrentarem crises futuras.

## **1.7. SOCIEDADE CIVIL E ESTRUTURAS DE ASSOCIAÇÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS.**

Na sociedade civil existe uma rede de forças culturais, religiosas, sociais e econômicas, sobrepostas por laços mútuos. Em uma visão restrita sociedade civil pode ser definida como uma rede de associações, geradoras de normas de confiança. Em que os cidadãos aprendem a cooperar com benefícios mútuos, conforme o conceito de “capital social”, ou como redes de associações que socializam os participantes em normas de reciprocidade e de confiança generalizadas e que facilitam padrões de ação em comum.

A sociedade engloba de início o núcleo familiar e os grupos de parentesco, realizadores de funções primárias de integração social. E secundariamente, as empresas, organismos em ordem à produção e distribuição, mas que, na perspectiva da sociedade civil, são uma estrutura de relações sociais em que os trabalhadores procuram a valorização. Assim o processo de socialização exige laços sociais que associativismo através de valores cívicos e confiança que permitam uma maior coesão social, que é condição essencial para gerar um espírito de cooperação.

Um exemplo usado na literatura que comprova que os diferentes processos integração entre os agentes econômicos afetam as praticas cooperativas e de associativismo é a pesquisa de Putnam sobre as diferenças de crescimento das regiões Norte e Sul da Itália.

Segundo Putnam (1996), a partir da conquista normanda da Sicília, na Idade Média, construiu-se no sul da Itália uma tradição cultural autoritária, que levou ao predomínio nessa região de relações sociais de tipo vertical, hierárquicas, o que gerou um campo pouco fértil para o cultivo do espírito participativo e comunitário. Nessas sociedades, os indivíduos tendem a concentrar suas lealdades e sua confiança em círculos mais fechados, como aqueles unidos por laços familiares, sendo pouco propensos a associações e relações colaborativas com pessoas que lhes são menos próximas na comunidade. Na região Sul da Itália predominam ainda formas clientelísticas de relacionamento político, as pessoas acham que vale mais a pena ter um político influente como protetor e tentar conseguir privilégios especiais para si. Neste contexto uma estrutura vertical de rede de relacionamentos não cria confiança suficiente para formar a coesão social necessária para facilitar as transações econômicas.

Já na região norte da Itália em que as relações feudais foram menos duradouras e cuja tradição democrática remonta às cidades medievais, berço de instituições do tipo republicanas, as redes de relacionamentos tornaram-se mais densas ao longo da história, criando-se um ambiente em que predominam as associações horizontais de participação cívica que favorecem, a colaboração e ampliam a integração entre os seus sócios. O que favoreceu a acumulação de capital social, fortalecendo a coesão das comunidades, promovendo a colaboração na solução de problemas comuns e estimulando os vários atores sociais a participarem ativamente da discussão das questões de interesse público.

No Norte, as pessoas lêem mais jornais locais, participam mais de associações esportivas, culturais e cívicas em geral e têm muito maior envolvimento político nos assuntos de

suas comunidades. A confiança entre as pessoas permite a criação e participação ativa de associações horizontais que ajudam no funcionamento da economia. As regiões do Norte têm, ainda, muito mais organizações cooperativas.

*“Algumas associações prosperam graças a uma cadeia de relações sociais baseadas na confiança mútua, reciprocidade generalizada, em muitos casos os membros tem que confiar na confiabilidade dos outros para cumprir com as obrigações, pois poucos sabem a respeito deles, como um deles disse: empresta - se confiança mútua, confio em você, porque confio nela e ela me garante que confia em você”. (Putnam, 1996, p.178).*

Assim as associações horizontais são aquelas em que os membros possuem o mesmo poder e que criam redes de solidariedade e ampliam e desenvolvem relações de reciprocidade generalizada, favorecendo a cooperação espontânea e criando barreiras à ameaça do clientelismo e do oportunismo, geradores de uma reciprocidade limitada e assimétrica.

Em síntese cada país ou região é produto da sua própria história e o equilíbrio de relações entre os vários atores – empresários, uniões de comércio, governo e setor voluntário – é uma parte importante do ambiente político que amolda o desenvolvimento do indivíduo e capacidades sociais. A geração e uso efetivo de conhecimento e habilidades podem depender da cola social em famílias, comunidades locais, escolas ao longo da sociedade. De fato resultados não econômicos podem ser relacionados a melhorias na qualidade de vida, saúde e bem-estar psicológico dos indivíduos como também a inclusão de grupos minoritários na sociedade. Por consequência estes resultados não econômicos podem alimentar uma contribuição positiva para melhorar a eficiência econômica e aumentar a produção.(Cotê; 2001).

## 1.8. CAPITAL SOCIAL E POBREZA

A pobreza é a privação acentuada de bem estar. Ser pobre é passar fome, carecer de habitação e vestuário, estar doente e não ser tratado, ser analfabeto e não ter escolarização. Mas, para os pobres, viver na pobreza não é só isso. Os pobres são particularmente vulneráveis a eventos adversos que escapam do seu controle. Muito freqüentemente, são desconsiderados pelas instituições estatais e sociais, que os excluem do exercício de influencia e poder.(Banco Mundial 2001, p. 15).

As instituições sociais (sistemas de parentesco, organizações comunitárias e redes de informais) afetam consideravelmente a pobreza. Assim fazem afetando a produtividade dos ativos econômicos, estratégias para enfrentar os riscos, a capacidade de buscar novas oportunidades e a medida em que determinadas vozes se fazem ouvir ao serem tomadas importantes decisões. As instituições sociais podem ajudar os pobres a sobreviver e subir de vida.(Banco Mundial, 2001, p.121).

Monastério (2001) relaciona capital social e redução de pobreza afirma que, especialmente nos países atrasados, os mais desfavorecidos têm acesso a fartos estoques de capital social *Unificador*, pouco *Conectivo*, e quase nenhum *Vinculador*. Ou seja, a coesão entre os pobres fornece-lhes apoio mútuo, mas dificulta a fluidez social em sentido vertical, o governo sói ser mouco as suas demandas. Se analiticamente a distinção entre os diferentes capitais sociais é clara, em termos empíricos a fronteira não é tão nítida. Por exemplo, as reuniões semanais de oração em uma igreja congregam pessoas que compartilham a mesma fé, mas podem incluir pessoas de origens sociais distintas. Assim, em um sentido, tem-se capital social *Unificador* (pessoas com crenças semelhantes) enquanto, noutro entendimento, pode-se apontar que as reuniões religiosas compõem o capital social *Conectivo* uma vez que transcendem as diferenças de *status*.

Capital social afeta crescimento, e por conseqüência afeta pobreza. O crescimento pode reduzir ou não a pobreza. Assim a ação coletiva através de mecanismos como normas e regras são mais úteis aos pobres. Por exemplo, um agente é defendido contra crime ambos por despesas privadas em segurança e pelas normas e regras de sociedade. Porém, o pobre pode menos dispor despesas de segurança privadas e assim é mais dependente em normas e regras. Geralmente, as vítimas de crime são em maior proporção são os pobres, de forma que quanto mais fortes forem as normas e regras, maior será o lucro relativo do pobre. (Collier; 1998).

*“A pobreza não é resultado somente de processos econômicos; é resultado também da interação de forças econômicas sociais e políticas. De modo particular, é resultado do senso de responsabilidade e da sensibilidade do Estado”.*(Banco Mundial; 2001 p. 103).

*“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”.*(Sen, 1999 p.18). Neste sentido um ambiente institucional favorável tem um

papel importante reunindo as condições para a formação, desenvolvimento e sustentabilidade do bem-estar individual.

Em artigo publicado na revista *The American Prospect Online* de novembro/dezembro de 1997, intitulado "Long Live Community: Social Capital as Public Health" importantes associações causais são apresentadas (Peres; 2001).

Primeiro são representadas evidências, conhecidas na literatura desde muitas décadas atrás, de que laços sociais (coesão) diminuem as taxas de mortalidade aumentando, desta forma, os estoques de capital humano. Segundo, os autores mostram relações causais entre estoques de capital social e taxas de mortalidade das populações. Quanto menor a confiança entre as pessoas, medida pelas respostas concordantes à afirmativa "*a maioria das pessoas não merece confiança*", mais alta a taxa de mortalidade nas diversas faixas etárias da população. Ainda uma forte relação inversa foi encontrada para as variáveis "mortalidade" e participação *per capita* em associações voluntárias. Por último, os autores encontraram forte correlação negativa entre a medida descrita de confiança e as respostas à pesquisa do Centro Nacional de Prevenção de Doenças Crônicas e de Promoção de Saúde sobre a qualidade da saúde das pessoas. Eles concluem que a coesão social - uma forma de capital social - tem efeitos marcantes nos estoques de capital humano e na própria qualidade de vida das populações. Regimes totalitários, ou menos democráticos, tendem a inibir o crescimento de seus estoques de capital social. (Peres; 2001).

A pobreza significa exclusão de cadeias sociais e laços que constituem uma comunidade regional. Evidência empírica prova aquela suposição. Mostra que moradores muito pobres, viúvas, ou órfãos são de fato privados de qualquer relação humana contínua que lhes daria um laço fundamental de solidariedade ou segurança (Eichstatt; 1999). Assim, se capital social é considerado explicitamente como uma parte de políticas sociais na discussão de política futura, deveriam obter a incidência de capital social formação de forma que nós podemos identificar ferramentas de política praticamente importantes. (Hisamatsu, 1996).

*"Não basta que a lei garanta certos direitos: o essencial é que os indivíduos tenham as capacidades, as qualificações, às prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência"*. (Abramovay; 1999).

Confiança ou laços sociais podem representar um papel importante para o alívio da pobreza. O rico tem muito menos para ganhar que o pobre em grupos que provêem ajuda mútua, saúde ou educação, porque ele pode comprar estes serviços. Semelhantemente instituições ou tradições culturais que alargam a participação podem ter efeitos progressivos e pode, ainda, ser estendido que as pessoas pobres tem o tipo de influencia política que o rico tem em todas as sociedades. (Knack; 1999)

Quando nós caímos em tempos duros que nós sabemos que é nossos amigos e família constituem a rede de segurança final. Comunidades dotadas de uma ação rica de cadeias sociais e associações cívicas estarão em uma posição mais forte para confrontar pobreza e

vulnerabilidade. A pobreza em um sentido amplo é marcada por desigualdade econômica, discriminação étnica e sexual, capital social em contexto institucional consiste em administrar oportunidades e riscos onde as instituições são fracas: Como corrupção excessiva, demoras burocráticas, liberdades civis suprimidas, fracasso na salvaguarda da propriedade e onde é baixa a força da regra de lei, capital social deveria prover substitutos informais à altura. (Woolkock; 2000b).

## 2. CAPITAL SOCIAL COMO UM FATOR ENDÓGENO.

### 2.1. CAPITAL SOCIAL COMO UM ELEMENTO PRODUTIVO.

A história de crescimento econômico durante os últimos 50 anos foi o contraste nos períodos 1950-1974 e 1975-2000. O primeiro era um tempo de prosperidade geral na qual todas as estratégias renderam resultados positivos para países ricos e pobres, com economias abertas e fechadas, localizados em climas temperado e tropical. Todo mundo foi bem. O período de vinte anos entre 1974 e 1994, porém, foi desastroso para todo mundo com exceção dos Tigres asiáticos; o mundo em desenvolvimento sofreu um colapso de crescimento de vinte anos do qual só emergiu recentemente.

Os teóricos como Romer, Lucas, e Barro endogenizaram na função de produção externalidades, as quais causam uma redução dos custos, sendo então amplamente positivas. A partir daí, novas variáveis foram incorporados no modelo de crescimento endógeno, tais como: aprimoramento do conhecimento, tecnologia (Romer, 1986); Capital Humano (Lucas, 1988); despesas publicas (Barro, 1989 e 1990).

Ao analisar os fatores propulsores do crescimento econômico<sup>3</sup> a literatura econômica recente parece entrar em consenso sobre a relação existente entre acumulação de capital humano, investimento em infra-estrutura, progresso tecnológico e um grande número de variáveis capazes de fomentar externalidades sobre o investimento, e o crescimento econômico sustentável. Nesse debate o ponto colocado em foco por uma grande quantidade de pesquisas recentes resume-se em uma questão: Por que então a trajetória de crescimento econômico temporal em muito difere entre nações? A partir desta questão, tem surgido recentemente muito trabalho imbuído na Nova Economia Institucional, onde novas variáveis, e muitas das quais intangíveis, geram novas formas de externalidades para explicar a trajetória de crescimento dos países.

Um dos exemplos mais citados na literatura refere-se a posição econômica relativa da Argentina, no passado e atualmente, aos países desenvolvidos. Até a II Guerra Mundial este país gozava de uma posição econômica bastante superior a países como, por exemplo, o Japão, e ao final do século a posição se reverte para uma posição bem inferior. Essa trajetória poderia ser explicada através da instabilidade política e desvalorização dos valores político-institucionais vivenciadas pela Argentina nas últimas décadas, enquanto no Japão ocorreu exatamente o contrário. A veracidade de tal exemplo é, portanto, motivo de investigações ulteriores, embora já forneçam bases para a delimitação da falta de qualidade institucional como

---

<sup>3</sup> Sob essa ótica, a perpetuidade de níveis elevados de capital humano, capital físico e produtividade estão condicionados à qualidade institucional, de forma que o primeiro passo a ser efetivado em uma política de crescimento sustentável implica-se pela constituição de mecanismos que garantam uma estrutura institucional capaz de prover os fatores causadores e mantenedores do crescimento de forma contínua. Em uma visão simplista desenvolvimento sustentado seria um crescimento econômico sustentado com uma boa distribuição de renda.

uma armadilha ao crescimento de longo prazo. O estudo sobre capital social lançará luzes para contribuir na elucidação destes fenômenos econômicos.

Com a disponibilidade de dados internacionais foi possível mensurar os mecanismos mais complexos de crescimento econômico, diferente do que sugeriam os modelos neoclássicos iniciais. *“A busca de respostas a essa questão ensejou todo o debate acerca da convergência das rendas per capita e as celebradas teorias de crescimento endógeno”*.(Monastério, 2000 a).

Capital social pode ser endógeno, quando este re-valoriza o conjunto de recursos de um país ou região e permite a otimização do seu potencial. Arraes e Telles (2000) provaram através da literatura econômica do crescimento endógeno usando modelagem econométrica que a qualidade das instituições tem influencia no crescimento econômico.

Collier (1998) considera que o modo mais fácil de endogenizar capital social é explicar isto em termos dos custos de integração social. Os custos de interação social são as penalidades políticas contra sua formação, e os custos financeiros de comunicação. Conseqüentemente, a um nível altamente agregado em que poderíamos supor que a ação de capital social é uma função de liberdades civis, a densidade de telefone, fragmentação etno-lingüístico, e densidade de população (à distância entre agentes). Ele ilustra isto em uma regressão para explicar a variável confiança, como uma medida obtida por pesquisas que permitem comparações, e por isso é a variável dependente.

Os resultados empíricos de sua pesquisa mostram que uma cadeia de telefones é altamente significativa. Porém, a densidade de telefones é endógena para interação social porque as pessoas precisam telefonar, e a utilidade de um telefone não só dependente em seu preço, mas em quantos outros agentes utilizam o telefone. Densidade populacional também é importante. Uma sociedade com uma densidade muito alta quando comparada com uma que tem uma densidade menor conduz a um índice de confiança maior. Porém ambiente com densidade populacional menor também conduz a confiança, talvez porque há menos competição para recursos. Ele mostra ainda que o efeito de diversidade étnica, sobre confiança é negativo, mas não significativo.

O conceito de capital social apresenta problemas sérios de definição. Mas neste respeito, é interessante notar o comentário de Lucas (1988, p. 35) aproximadamente nos dias antes da teoria do capital humano, um conceito bastante etéreo também, e presumivelmente um com pequena mensagem imediata para políticas de educação.

Ele escreveu que existe um conjunto fenômenos relacionados ao capital Humano e assim uma possível analogia com a situação presente e futura do capital social deveria estar clara (Temple, 2000): *“the idea of human capital may have seemed ethereal when it was first introduced - at least, it did to me - but after two decades of research applications of human capital theory we have learned to ‘see’ it in a wide variety of phenomena”* (Lucas; 1988). Knack e Keefer acharam que confiança é maior em sociedades com rendas mais iguais, com melhor educação, e renda melhor e populações etnicamente mais homogêneas.

Tabela 2.1. A Medida de Capital Social e outros indicadores.

países	Capital social(%) 1990*	Ranking Transparência Internacional 2000**	Ranking PNB per capita 1999***	Ranking IDH 2000****
Noruega	61.2	6	5	2
Finlândia	57.2	1	19	11
Suécia	57.1	3	15	6
Dinamarca	56.0	2	7	15
Canadá	49.6	5	29	1
Austrália	47.8	13	26	4
Suíça	46.2	10	3	13
Holanda	46.2	8	18	8
EUA	45.4	14	8	3
Reino Unido	44.4	9	22	10
Japão	40.8	23	6	9
Irlanda	40.2	19	30	18
Coréia do Sul	38.0	48	51	31
Espanha	34.5	20	40	21
Índia	34.3	69	162	128
Áustria	31.8	15	12	16
Bélgica	30.2	25	16	7
Argentina	27.0	52	55	35
Itália	26.3	39	28	19
França	24.8	21	21	12
Nigéria	22.9	90	199	151
Chile	22.7	18	67	38
Portugal	21.4	24	47	26
México	18	59	71	74
Turquia	10	50	88	85
<b>Brasil</b>	<b>6.7</b>	<b>49</b>	<b>70</b>	<b>74</b>

Fonte: \* Knack and Keefer (1997); \*\* Transparência Internacional. Publicada no Jornal do Brasil - Política Quinta-Feira, 14 de setembro de 2000; \*\*\*Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 2000/2001 - classificação pnb per capita - World Bank (2000); \*\*\*\* IDH - PNUD (2000).

A Tabela 2.1. mostra indicadores para pesquisa de opinião, para Capital Social. A medida de Capital Social era a porcentagem de respostas, da relação em que cada pessoa confia em outras, portanto, quanto maior o seu valor maior a confiança. A força de normas de cooperação cívica estava medida pelas atitudes das pessoas, medida em uma escala de 1(Nunca justificável) para 10 (Sempre justificável), como registrou na pesquisa, seguindo a relação à postura das pessoas frente a situações do tipo:

- (a) reivindicações de benefícios governamentais para os quais não se é o titular;
- (b) evitar o pagamento de tarifas ao utilizar transporte público;
- (c) uso de meios escusos para evitar o pagamento de impostos e taxas devidas;
- (d) disposição em manter um objeto alheio "achado" acidentalmente; e
- (e) deixar de comunicar ao proprietário de um veículo o dano causado acidentalmente ao seu veículo que estava estacionado.

Em seu artigo, Crescimento de Econômico e Capital Social na Itália, Helliwell e Putnam (1995), usaram dados italianos de capital social para testar a hipótese que algumas regiões italianas puderam estabelecer e manter mais alto nível de produção per capita em virtude de maiores níveis de capital social.

Eles esboçam três variáveis de interesse principal:

i) um índice de comunidade cívica - compõe de uma medida política dos cidadãos (Número de associações esportivas e culturais) e uma medida de densidade e prática de comunidade cívica (voto);

ii) um índice de desempenho institucional - uma medida composta no desempenho comparativo de governos regionais. Este cobre 12 elementos dos orçamentos para inovação de legislativo; e

iii) um índice de satisfação do cidadão - à parte de respondentes que era “muito” ou “bastante” satisfeita com o governo da sua região - baseado em pesquisa de amostra representativa entre 1977 e 1988.<sup>4</sup>

Paldan e Svendsen (1999) procuram identificar o capital social como um argumento adicional na função de produção, junto com os fatores convencionais: Capital físico; Capital público (infra-estrutura); Capital Humano e Progresso técnico (Inovação tecnológica). Os modelos de crescimento endógeno trouxeram como elementos importantes para as diferenças de PIB per capita entre os países, elementos como capital humano, o processo de aprender fazendo (learning-by-doing) e os processos relativos à existência de externalidades advindas de inovação tecnológica (efeitos spillover). A inovação seria uma função do estoque de conhecimento da comunidade e o estado atuaria na coordenação dos agentes, principalmente nos países em desenvolvimento em que esta se mostra insuficiente.

Neste sentido é levantada a importância das instituições para o progresso técnico, e como relatou Souza (2000) *“A sociedade civil, e nela compreendida as formas de solidariedade, integração social e cooperação, podem ser considerados o principal agente de modernização e transformação socioeconômica em uma região”* e assim capital social é tão produtivo quanto às outras formas de capital, conforme Coleman, pois Se A faz algo por B e confia em B para ajudá-lo no futuro, isto estabelece uma expectativa em A e uma obrigação em B. (1988 p. 102).

Putnam (1996) compartilha da mesma quando afirma *“Um grupo cujos membros demonstram confiabilidade e deposite ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro que grupo que careça de confiabilidade e de confiança”* (p. 177). Isto caracteriza um conjunto de obrigações, expectativas normas e informações que beneficiam o desempenho econômico.

Neste sentido, laços sociais e confiança interpessoal podem reduzir custos de transação, podem obrigar o cumprimento de contratos, e podem facilitar crédito ao nível de inversores individuais (Knack; 1999). Por exemplo, em sociedades onde os estranhos podem confiar entre si, para agir no interesse coletivo, pessoas podem, por exemplo, deixar tanto suas bicicletas cadeados nas ruas, como podem também dedicar um tempo significativamente menor no monitoramento dos empregados, sócios e fornecedores.

---

4 Para mais detalhes sobre os indicadores o leitor deveria se referir a Putnam (1996).

Assim confiança é um elemento importante para o processo produtivo e considera-se que a “relação entre o capital social e o crescimento econômico dá-se através da produtividade total dos fatores” e assim defende que capital social está relacionado com outras variáveis envolvidas nas funções de produção dos modelos de crescimento endógeno.

Paldan e Svendsen (1999) consideram Capital Social(S) como um outro fator de produção e, conseqüentemente, deveria entrar na função de produção como um fator de produção paralelo a K (Capital físico) e H (Capital Humano). Na primeira formulação deles “Q” é agregado à produção “Y” como uma aproximação de transação ou aproximação da função de produção.

$$Y = F_t(K, L, H, Q), \quad \text{onde } \partial Y / \partial Q > 0, \text{ e } \partial^2 Y / \partial Q^2 < 0$$

Nesta formulação Q é um fator que afeta custos de transação. É provável que ele seja proporcional ao número de transações para Y.

Paralelamente eles analisam a relação feita através da demanda por moeda em lugar da função de produção. Isso sugerido a formulação seguinte.

$$Y = N(Q) F_t(K, L, H), \quad \text{onde } \partial Y / \partial Q > 0$$

Assim é feita uma aproximação linear- em que  $N(Q) = cQ$  onde c é constante – que poderia ser trabalhada. Assim qualquer variação em Q provocaria uma variação proporcional em Y. Se Capital Social cresce, por exemplo, 10%, o mesmo ocorre na produção.

Em síntese Capital Social é visto como um dispositivo de redução de custos de transação ou monitoramento que poderia ser agregado como um fator de escala para a produção. Neste caminho, a contribuição da teoria endogenista é identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, são determinados dentro de uma região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se conclui que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

A relação entre Capital Social e Crescimento econômico tem sido abordada por diversos autores entres eles: Collier (1998); Grootaert (1997); Knack (1999); Monastério (1999, 2000a, 2000b, 2001); Paldam e Svendsen (1999); Putnam (1996; 2000); Whitely (2001); Woolcock (1998; 2000); Wolrd Bank (1998a, 1998b, 2001) a importância desta nova forma de Capital traz novas explicações pra a teoria do crescimento econômico. Nas seções seguintes serão analisadas as principais contribuições destes autores.

## 2.2. CAPITAL SOCIAL E INVESTIMENTO EM CAPITAL FÍSICO

Os fatores institucionais também são importantes para o crescimento. Por exemplo: existem indícios de que o primado da lei e a ausência de corrupção contribuem para o crescimento, ao proporcionarem um ambiente justo e ordenado em que firmas e famílias possam investir e crescer. Instituições sólidas também podem gerar poderosos benefícios indiretos. Assim, o ajuste a choques adversos freqüentemente exige mudanças difíceis, mas necessárias nas políticas econômicas internas. Nos países em que os conflitos entre interesses competitivos são pronunciados e as instituições encarregadas de resolvê-los são fracas, a recuperação dos choques em geral é mais lento do que em países dotados de instituições fortes. (Banco Mundial, 2001, p. 52).

*“Em sociedades onde a confiança é generalizada, inclusive quanto ao governo, suas promessas no tocante à gestão macroeconômica são mais críveis e, portanto, mais eficazes. Em um ambiente mais previsível, as decisões de investimento buscam a optimalidade em um horizonte temporal mais alongado do que em sociedades com políticas públicas erráticas”.* (Monastério; 2000b). Quanto maior a confiança em uma economia, maior será os investimentos externos que um país pode atrair. Os países com maior intensidade de capital social teriam uma maior taxa de acumulação de capital físico, através de políticas econômicas (Knack e Keefer, 1997).

Capital social pode ter efeitos persistentes até mesmo para induzir investimento em capital físico. Supondo que uma comunidade se organiza coletivamente para comprar um ônibus ou construir uma escola. Há um benefício econômico claro como resultado de social interação. O ônibus e a escola não são nenhum capital social. O capital social é o valor que supera a escala econômica e uma externalidade, pois geralmente nas comunidades mais atrasadas todo mundo quer ter um ônibus, ou uma escola, mas ninguém quer ajudar a compra. Ainda assim o retorno econômico da ação coletiva na comunidade na forma de capital social é muito maior que um simples investimento. Collier (1998)

Em suma quando existe confiança, os trabalhadores, fornecedores e banqueiros se comprometem com o desenvolvimento e resistem a choques inesperados. Da mesma forma, isto faz com que as empresas tenham mais segurança em suas decisões de investimento em longo prazo, decisões que tem sempre um certo risco, inclinando-se a aceitar margens de lucro mais estreitas nos bens e serviços oferecidos no mercado. Quanto maior essa confiança maior a probabilidade de que as firmas mantenham um investimento elevado, assim como um maior crescimento de suas vendas.

### 2.3. CAPITAL SOCIAL E O SETOR PÚBLICO.

A relação entre qualidade das políticas públicas e instituições governamentais com o crescimento econômico está assentada na avaliação dos determinantes da qualidade dessas instituições, como a ampliação da eficiência das políticas, o fortalecimento democrático e a maior transparência e menor corrupção nos atos governamentais. Arraes e Teles (2000) e evidencia que “economias marcadas por instituições fracas e de má qualidade culminam na improdutividade do setor público” sendo a eficiência do Estado um fator essencial para o crescimento sustentado. Conforme Evans (1996), os componentes que formam o capital social (civismo, integração social e normas de confiança) podem ser promovidos pelas esferas governamentais e serem utilizados com vistas ao desenvolvimento através de relações sinérgicas com a sociedade até mesmo em países em desenvolvimento. Isso pode ser mais bem observado com divisão do Capital Social em Civil e Governamental (Knack; 1999).

Capital Social Governamental se refere às instituições governamentais que influenciam a habilidade das pessoas para cooperar em benefício mútuo; Capital Social Civil cerca valores comuns, normas, cadeias informais, associações que afetam a habilidade dos indivíduos para trabalhar e alcançar metas comuns. Monastério (2000a) sugere que, mesmo em regiões com baixa densidade de engajamento cívico, grupos reformistas dentro da oligarquia estatal podem implementar projetos de pequena escala que promovem a acumulação de capital social. Por exemplo: governos que respaldam, liberdades civis apóie a regra de lei e repudiem a corrupção, podem ter efeito profundo no projeto de desenvolvimento de uma região (Woolcock; 2000).

O Programa Agente de Saúde do Governo Estadual do Ceará teve êxito graças a autonomia que o governo estadual garantiu aos agentes de saúde afastando o programa das relações clientelistas e a população que se mobilizou para garantir a efetividade do programa, atendendo aos apelos do governo de rejeição ao clientelismo. Desta forma o Estado foi fundamental para o sucesso do programa, gerando um clima de confiança entre as instituições pública e a sociedade, de tal modo, que, à medida que foi se generalizando o sentimento cooperativo, a mortalidade infantil declinou rapidamente. A ação do Estado favoreceu a mudança social e a centralização foi eficaz (Nascimento, 2000). O Estado, além de regulador da interação social, seria um mobilizador ativo do capital social, baseado na hipótese de que o poder de auto-organização coletiva é essencialmente desigual.

No Brasil, o orçamento participativo tem se traduzido numa das mais relevantes experiências de gestão governamental, em que se podem compartilhar o poder de decisões sobre orçamento público com a sociedade.

O Estado fornece bens que não podem ser oferecidos pela sociedade como um ambiente institucional que garanta a liberdade de associação e o cumprimento da Lei (Collier; 1998) e conforme o Banco Mundial (2001, p.136) o Estado em alguns casos pode criar capital social, mostra como exemplo, já citado, o programa de saúde rural da Secretaria de saúde do

estado do Ceará “... que aumentou significativamente as taxas de vacinação e reduziu a mortalidade infantil. O êxito do programa é atribuído em grande parte à confiança gerada entre funcionários do governo e os pobres. O programa fez da geração de confiança uma parte explícita do mandato dos agentes de saúde, dando à prestação de serviços um enfoque centrado no cliente e voltado para a solução de problemas”. Assim os funcionários do governo contribuíram para o envolvimento da comunidade no programa, pois eram vistos como amigos pelos membros da comunidade.

Este é um exemplo da interação entre a sociedade civil e o estado, projetos do Banco Mundial evidenciam experiências participativas, o governo viabiliza processos de cooperação e aprendizagem coletiva em diversos países. Souza (1999) mostra que experiências participativas estimulam uma interação social, por exemplo, ressalta a atuação do estado através de políticas públicas deve estimular a ação da sociedade em prol do desenvolvimento. “A densa rede de interações geradas no processo permitiu que as regiões abrangidas ampliassem seu escopo para fora do estado em projetos de cooperação com associações de municípios do estado vizinho. Outros Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs avançam na mesma direção procurando fomentar ações coletivas e solidárias nas comunidades regionais através de Planos Estratégicos, como no caso das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul” (Souza ; 1999 p. 4).

Como capital social não é algo que pode ser criado imediatamente, ou rapidamente. Sua acumulação e sua depreciação são processos que quase sempre requerem vários anos. Assim para haver uma acumulação do estoque de capital social o governo terá que manter, por um longo período, o apoio institucional, a credibilidade e a sustentação das políticas públicas proposta, sob pena de inviabilizar no futuro a continuidade das práticas cívicas e solidárias numa comunidade. Levando em consideração estes pressupostos, é possível compreender que uma estratégia política de desenvolvimento não pode se ater somente em políticas creditícias, incentivos fiscais ou de investimentos na infra-estrutura. E ainda procurar manter e ampliar o estoque de capital social em sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo.

Putnam, por outro lado, aponta que o acúmulo de capital social através dos valores cívicos da comunidade, em longo prazo, influencia decisivamente na qualidade do setor público. Ele afirma: “Pelo lado da demanda, os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar os seus objetivos comuns... Pelo lado da oferta, o desempenho do governo representativo é favorecido pela infra-estrutura social das comunidades cívicas e pelos valores democráticos tanto das autoridades quanto dos seus cidadãos” (1996 p. 191).

Neste sentido, coesão social e compromisso cívico podem fortalecer também o governo democrático, melhorar a eficiência e honestidade da administração pública, e melhorar a qualidade das políticas públicas (Knack; 1999). Assim o acumulo do capital social, ao longo do tempo, através da participação cívica (greves, protesto e revoltas civis de forma ordeira) contribuem para a melhora das instituições públicas do governo e do seu desempenho para o crescimento econômico.

Cabe ao governo assegurar-se de que conta com um sistema de códigos de propriedades; direito contratual e trabalhista; leis sobre direitos individuais e outros elementos de um sistema jurídico abrangente, administrado com eficácia, imparcialidade e integridade. Alguns elementos essenciais como um sistema de impostos justo; redes de segurança eficientes; contabilidade informando os padrões que provêm a transparência para apoiar investimentos inteligentes; Instituições monetárias fidedignas; fontes independentes, diversas e acreditáveis de informação e a habilidade para entregar educação e saúde eficazmente.

Sendo assim as instituições governamentais são as que provem a regra de lei: justiça criminal, comercial e civil; e um serviço público livre de corrupção, capaz de fomentar a armação de leis e regulamentos requerentes para apoiar uma sociedade moderna que motiva a confiança e praticas de cooperação.

## 2.4. CAPITAL SOCIAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

A inovação é o resultado de um processo que se apóia nas interações e trocas de conhecimento que envolve uma diversidade grande de atores em situações de interdependência. A inovação já não é explicada pelas combinações exclusivas de formas tangíveis de capital (físico, financeiro.), mas também por combinações de formas intangíveis de capital, especialmente capital social.

Segundo Landry; Amara; Moktar (2000) a aquisição de conhecimento através de firmas não só depende do mercado ou a hierarquia, mas também de capital social acumulado dentro de regiões por cadeias de interação e aprendizado. Assim, capital social é um fator explicativo dos conhecimentos necessários a inovação.

Capital Social dentro de uma firma é derivado de perspectivas nas quais cooperação aumenta competitividade paradoxalmente. A informação que compartilha lucros de articulação é assegurada por reputação e confiança que asseguram a reciprocidade em um conjunto de relações dentro de uma determinada cadeia. Monastério (2000b) ressalta que *“a cooperação entre empresas também soluciona os problemas de coordenação da pesquisa e desenvolvimento de produtos e projetos, ou mesmo a solução de problemas de ação coletiva relacionados com o financiamento das inovações”*. E ainda comenta que *“... confiança tem papel fundamental para a inovação, pois na sua ausência as empresas reduziriam os gastos em pesquisa e desenvolvimento (ou aumentariam os gastos em monitoramento) temerosos de que seus empregados se apropriassem privadamente dos resultados obtidos”*.

A contribuição de capital social para inovação é alcançada reduzindo custos de transação entre firmas e entre firmas e outros atores. Muitas firmas, indústrias, e regiões que têm atualmente êxito formaram relações colaboradoras produtivas com uma variedade de outras firmas, laboratórios, universidades, e governo para absorver os benefícios de cooperação. Estes benefícios incluem recursos compartilhados, perícias e pessoal compartilhado, fontes múltiplas de aprendizagem, desenvolvimento colaborador, e difusão de inovação. (Fountain; 1997).

Muitas indústrias desenvolveram capitais sociais por relações externas com outras organizações para aumentar suas habilidades para inovar e absorver inovações. Peritos documentaram o sucesso competitivo sem precedente de sistemas de cadeias de produção industrial.

O caso de Vale de Silício, um exemplo de um sistema industrial baseado em cadeias regionais ou “Cluster”, exhibe muitas das propriedades que estão por baixo de vantagem nacional. O sucesso do vale do Silício é, em grande parte, devido a cadeias horizontais de cooperação formal e informal que se desenvolveram entre as companhias na área.

As firmas e outros jogadores dentro da cadeia tendem a se reforçar mutuamente, com interações benéficas que fluem em todas as direções. A habilidade de um bom funcionamento de cadeias excede as habilidades agregados individuais. A cadeia atrai indústrias relacionadas e

crece em um "agrupamento" de indústrias associadas (Saxenian, 1994; Fountain, 1997 e Amorim, 1998).

A definição de Cluster segundo Amorim (1998) e "um conjunto de numeroso de empresas, em geral pequenas e médias, operando em regime de intensa cooperação, onde cada uma das firmas executa um estágio do processo de produção".

Em Prochinik e Haguener (2000, pág. 97) são identificadas três dimensões de Cluster:

1) Um conjunto de agentes produtivos geograficamente próximos e também relacionados entre si por elos de mercado, formando cadeias produtivas;

2) Um conjunto de agentes não produtivos com influencia na produção como governo; sindicatos trabalhistas e empresas que fornecem apoio técnico, científico e organizacional; e

3) Instituições relevantes, tais como leis, costumes, regras informais etc.

Assim o desempenho de firmas depende da densidade e pertinência de relações e cooperação entre os atores do sistema produtivo (outras firmas, fornecedores, financeiras, organizações de pesquisa, educação, agências de desenvolvimento regionais, etc.) por cadeias de colaboração.

A contribuição para efetividade institucional de todas estas relações medida em termos de desempenho econômico e capacidade de associação horizontal entre as firmas inovadoras, em vez de cadeias verticais, o que une e amplia em varias direções, as fontes de conhecimento técnico, recursos humanos, e agências públicas, é capital social. Esta forma de capital, tão poderoso quanto capitais físicos e humanos, e a "ação" que é criada quando um grupo de organizações desenvolve a habilidade para trabalhar junto para lucro produtivo mútuo (Fountain; 1997). Em termos mais amplos, Fukuyama (In Abramovay; 1998), defende que as nações e as regiões mais prósperas em um futuro de livre mercado serão aquelas melhor preparadas para formar cidadãos dispostos a trabalhar colaborativamente.

Nas redes de colaboração entre firmas a especializado tecnológico do conhecimento em inovações crescentes reside em pequenas e médias empresas cuja pesquisa e desenvolvimento acontece em configurações baseadas no chão de fabrica em lugar de em laboratórios incorporados providos de pessoal com cientistas que trabalham em pesquisa básica de longo alcance.

As cadeias de conhecimento aparecem como uma forma nova de cadeia de cooperação que leva formas múltiplas em cima das que são somadas e sobre as cadeias tecnológicas que eles definem como a primeira forma de cadeias de cooperação. Atores em uma cadeia cooperação exibem uma forma eficiente de aprendizagem coletiva. Eles aprendem tecnologias novas, oportunidades, o resultado de transações, devido à densidade de interação dentro da cadeia.

*"Atualmente, sistemas de informações e redes de comunicação eletrônica permitem o compartilhamento, quase instantâneo, de processos organizacionais. Instrumentos como a rede mundial de computadores, Internet, redes, e sistemas empresarias conectáveis a ela, baseadas nos conceitos de Intranet, Extranet e Groupware, possibilitam hoje uma maior extensão de práticas e experiências conjuntas. A extensa gama de relações possíveis de serem empreendidas a partir de novas tecnologias de informação, por exemplo, permitem que a abrangência de estratégias colaborativas sejam espacialmente mais abrangentes". (Souza Filho, 1999).*

## 2.5. CAPITAL SOCIAL E CAPITAL HUMANO.

Capital humano é definido, bastante firmemente, pelo OECD (1996) como o conhecimento, habilidades, competências e outros atributos encarnados em indivíduos que são pertinentes a atividade econômica. Duração de instrução e níveis de qualificação é as medidas padrões. Embora, sem dúvida, capital humano seja encontrado em educação e treinamento, Becker (1996) estendeu o conceito para muitas outras áreas, como matrimônio e relações de família.

O capital Humano se refere ao conhecimento, habilidades, competências e atributos encarnados em indivíduos que facilitam a criação de bem-estar social e econômico (cotê; 2001). Assim enfoques de capital humano econômico de indivíduos, especialmente no modo a sua acumulação de conhecimento e habilidades os permite a aumentar a sua produtividade e os seus salários, e assim, aumentar a produtividade e riqueza das sociedades em que vivem. A implicação subjacente de uma perspectiva do capital humano é aquele investimento em conhecimento e habilidades trazem lucros econômicos, individualmente e então coletivamente. Da mesma forma Capital Social é um ativo que trás retornos privados, e assim os agentes econômicos investem em relações para obter ganhos futuros.(Glaeser, Laibson e Sacerdote; 2000).

Vale ressaltar que capital humano não é construído dentro de instituições educacionais formais predominantemente. Habilidades profissionais são também obtidas por relações, valores e competências entre agentes. Porém valores como também competências só são verdadeiramente úteis quando são aplicados: não há nenhuma lógica necessária primeira à sucessão “aprenda então faça”. Esta observação simples tem implicações enormes para política nacionalmente. Em particular, levanta perguntas principais sobre a extensão da fase inicial de educação onde as pessoas jovens gastam cada vez mais, em média, tempo em educação formal.

Tom Schüller (2000) questiona se a uma ótima distribuição das oportunidades educacionais e afirma que isso tem impacto subseqüentes na capacidade e na motivação para aprender dos indivíduos de famílias com rendas mais baixas. As relações entre aprendizagem formal e aprendizagem mais ampla por participação na vida econômica e social, nas diferentes fases ao longo do ciclo de vida, precisam ser re-examinadas. Por exemplo: Pessoas mais velhas têm um papel principal para jogar mantendo níveis de compromisso cívico, de modo que exibem uma complementaridade de soma positiva entre o capital humano e capital social.

A distinção entre capital humano e capital social é que o primeiro é encontrado em agentes individuais, e o posterior em relações entre eles e as cadeias formadas por eles nas relações sociais de famílias e comunidades. Capital Social, em certo sentido, é uma educação informal que pode nutrir hábitos, habilidades e valores conducentes para cooperação e participação social.

A relação entre o capital humano e capital social dirige a atenção para as relações que amoldam a realização do potencial de capital humano para o indivíduo e coletivamente. (Schüller; 2000) Pois uma educação melhor está sempre por trás de todo o bom desempenho econômico, social e político. Neste sentido capital Social depende muito de educação ao longo do tempo. Os níveis de educação melhores são determinantes para confiança, pois indivíduos que recebem uma educação melhor recebem rendas mais altas e maior satisfação da suas atividades e também para a sociedade em que vivem. Além disso, níveis de confiança são mais altos onde os níveis de educação são mais altos, indivíduos com níveis relativamente altos de educação podem atingir posições de liderança e tendem a participar mais que os indivíduos que possuem menos educação. Desta forma Helliweell (1996) encontra um vínculo forte de educação para confiança e compromisso social (cívico)

No Japão e nos países do extremo oriente o investimento na universalização de uma boa educação de primeiro e segundo graus foram necessários acelerar a adoção, a adaptação e a absorção de tecnologia. Carvalho (1994) identifica que no Modelo japonês de produção os operários ligados ao sistema de automação e difusão de novos métodos de organização dentro firma requerem um capital Humano com uma maior capacidade de abstração, maior exercício do discernimento e certas qualidades comportamentais relacionadas com a confiança e cooperação.

Pessoas que investem em educação também investem em capital social, pois certas habilidades sociais podem ser aprendidas na escola, ou que indivíduos com níveis altos de capital humano (Bom idioma e habilidades de comunicação) simplesmente criam níveis relativamente altos de interação social (Glaeser, Laibson e Sacerdote. 2000).

Monastério (2000b) *“percebe que a produção de capital humano depende das relações sociais e que, ao mesmo tempo, a produtividade individual depende de características grupais que se estendem além dos” laços fortes* ““.

Um dos achados de Coleman (1988) através das variáveis estatísticas norte-americanas identificou a importância de capital social para a obtenção de capacidades e qualificações que elevam a produtividade do trabalho humano, mas também que famílias com capital humano alto e retornos altos podem não obstante ser baixas em capital social porque há pouca por interação social dentro da família e entre a família e outras instituições sociais. Concluiu ainda que uma maior coesão social e os laços entre pais e filhos maiores serão os indicadores do capital humano.

Capital Humano está principalmente medido por níveis de qualificação alcançados. A insuficiência disto é reconhecida frequentemente, mas a disponibilidade de dados grandes fixa permitindo medida fácil assegura que continua dominando. Capital social é mais difuso. Está amplamente medido em termos de atitudes ou valores, ou por níveis de participação ativa em vida cívica ou em outras cadeias. Isto sugestiona que capital humano, é um modelo linear direto: investimento é feito, em tempo e dinheiro, e lucros econômicos surgem. Isso permite aos

analistas a ferramenta para calcular os lucros para investimento, e a justificativa política para despesa em formação de capital humano. Capital social tem uma aproximação menos linear, seus lucros são mais difíceis de definir. (Schüller; 2000).

A conclusão é que capital humano precisa ser entendido como um fator socialmente embutido e multidimensional que leva tempo para ser formado e acumulado. Assim as dimensões sociais e culturais do capital social são importantes para a aprendizagem informal. Capital social aumenta capital humano e facilita desenvolvimento econômico de um país por aumentar a sua capacidade para absorver tecnologias modernas de forma organizada. (Putterman; in Morris; 2001)

## 2.6. CAPITAL SOCIAL E OUTRAS FONTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.

Os modelos de crescimento endógeno predizem que o comportamento do comércio exterior, das políticas fiscais e educacionais, da distribuição de renda e do desenvolvimento financeiro, concluem efeitos permanentes sobre o produto per capita (Telles; 2000).

Segundo Alesina e Ferrara (2000) defendem que a confiança generalizada em uma sociedade, permite organizações grandes e pequenas funcionarem melhor; que os governos sejam mais eficientes e o desenvolvimento financeiro mais rápido: Assim confiança pode significar sucesso econômico.

O desenvolvimento financeiro é nada mais que uma troca de uma soma de dinheiro hoje por uma promessa de uma soma de dinheiro maior no futuro (Guiso, Sapienza e Zingales; 2000). Guiso, Sapienza e Zingales elaboram uma relação entre capital social e contratos financeiros (que são contratos intensivos em confiança). Segundo eles confiança é importante para o mercado financeiro e a prosperidade econômica.

Em suas conclusões, Capital social parece importar mais quando níveis de educação execução da lei são fracos (característica comum de muitos países em desenvolvimento), e onde capital social é baixo, os indivíduos tendem a assegurar um maior proporção de sua riqueza em dinheiro vivo.

Rauch (1996) por outro lado relaciona capital social ao comércio internacional, principalmente quando os contratos empresariais são estabelecidos por laços étnicos que podem solucionar problemas de confiança e transações internacionais e cita a importância relevante da formação de redes colaborativas interinstitucionais para o desenvolvimento Sogo Shosha no Japão, Vale dos Sinos no Brasil.

Ele ressalta que comércio internacional é condicionado fortemente por proximidade, preexistindo laços e cadeias comerciais ao invés de mercados. A importância dos laços étnicos familiares foi estendida ao comércio, Por exemplo: laços étnicos entre imigrantes nos Estados Unidos e seus familiares nos países de origem contribuem para o comércio bilateral. Neste sentido, regiões que possuem eventos políticos, culturais ou comerciais podem promover suas firmas e aprofundar o comércio bilateral entre os países de origem e a região que possui laços étnicos familiares (No Brasil a Ortobefest que acontece no Estado de Santa Catarina é um Bom exemplo).

Robison, Myers e Siles (1999) encontraram resultados empíricos, em que o aumento de capital social melhora a probabilidade de comércio entre os amigos e família quando o comprador tem uma vantagem comparativa no uso dos recursos comerciados.

Helliwel (1996) defende que maior desigualdade também pode ter efeitos negativos em medidas de capital social como confiança e participação. Pois a *“alta desigualdade de renda promove uma elevação da dimensão de instabilidade social, por maio de ingresso de um grande número de indivíduos a engajar no crime, em revoltas, e em outras atividades rompentes. Por sua vez, isso causa uma instabilidade política e econômica gerando incerteza, elevação dos*

*riscos para novos investimentos, queda da produtividade e, por fim menores níveis de crescimento” (Telles; 2000).*

E como defendeu Sen (1999, p. 71) o processo de desenvolvimento é crucialmente influenciado por inter-relações. Correspondendo a múltiplas liberdades inter-relacionadas, existe a necessidade de desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições, como um sistema democrático, mecanismos legais, estrutura de mercado, provisão de serviços de educação e saúde, facilidades para a mídia e outros tipos de comunicação etc. Essas instituições podem incorporar iniciativas privadas além de disposição pública, bem como estruturas mais mescladas, como organizações não-governamentais e entidades cooperativas.

### 3. APRECIÇÃO DE ALGUNS MODELOS ENVOLVENDO CAPITAL SOCIAL.

#### 3.1. UM MODELO NEOCLÁSSICO DE CAPITAL SOCIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO.

O modelo do Professor Paul Whitley (2001) é uma adaptação do modelo de crescimento neoclássico de Mankiw, Romer e Weil (1992), o que incorpora capital social, capital humano e capital financeiro como fatores de produção, determinantes do crescimento econômico.

Utilizando-se o modelo de crescimento neoclássico Solow (1956) onde é assumido que o crescimento agregado pode ser modelado por uma função de produção do tipo Cobb-Douglas com rendimentos constantes de escala, dada por:

$$Y(t) = [K(t)]^\alpha [A(t)L(t)]^{1-\alpha} \quad \text{onde } 0 < \alpha < 1 \quad (1)$$

onde Y: Renda; K: Capital financeiro; A: o nível de tecnologia; L: trabalho. Neste modelo são assumidos mudança tecnológica (g) e crescimento de população (n), Estes são determinados exogenamente, e crescendo com o passar do tempo a uma taxa constante:

$$L(t) = L(0)e^{nt} \quad (2)$$

$$A(t) = A(0)e^{gt} \quad (3)$$

Assim o número de unidades efetivas de trabalho,  $A(t)L(t)$  cresce a taxa  $n + g$ . Também é assumido que investimento, ou a taxa de mudança de capital financeiro, K, com respeito a tempo é determinada por:

$$\partial p / \partial t = S_p Y(t)$$

$$\partial p / \partial t = S_p y(t) - (n + g)p(t) \quad \text{ou} \quad \partial p / \partial t = S_p p(t)\alpha - (n + g)p(t) \quad (4)$$

onde  $y = Y/AL$ ;  $p = K/AL$ , exprimindo a relação de renda para trabalho efetivo e a relação de capital financeiro para trabalho efetivo.

Com estas suposições, pode ser mostrado para isto que a evolução da economia é determinada por uma proporção constante de  $S_p$  de renda é investida em capital financeiro.:

Assim a mudança na relação de capital/trabalho depende de poupanças e também a taxa de crescimento de trabalho efetivo.

No longo-prazo o valor do investimento  $p^*$  é definido por

$$s.p^*\alpha = (n + g)p^*$$

de forma que

$$p^* = [s/(n + g)]^{(1/1-\alpha)} \quad (5)$$

Em outras palavras, a relação de capital/trabalho está positivamente relacionada à taxa de poupanças e negativamente para a taxa de crescimento da população e tecnologia. Em resumo, quanto mais alta a taxa de poupança maior e a taxa de crescimento econômico, e quanto mais alta a taxa de crescimento da força de trabalho efetiva, menor é a taxa de crescimento econômico

Substituído a equação (5) na função de produção (1), produto per capita em forma logarítmica é dada pela seguinte expressão:

$$\ln[Y(t)/L(t)] = \ln A(0) + gt + (\alpha /1-\alpha ) \ln(S_p) - (\alpha /1-\alpha ) \ln(n+g) \quad (6)$$

Em fatores de produção da teoria neoclássica, se a produtividade marginal é dada, o modelo prediz os sinais e as magnitudes dos coeficientes de poupanças e crescimento de população. Isto implica que a elasticidade de renda per capita com respeito à taxa de poupança e a elasticidade com respeito a crescimento de população são conhecidos, por exemplo no trabalho de Mankiw, Romer e Weil (1992) eles são respectivamente  $(\alpha /1-\alpha ) = 0.5$  e  $n = -0.5$ .

São feitas algumas suposições simplificadoras para se poder calcular o modelo. É assumido que o crescimento de tecnologia (g) é constante para todos os países, baseado na hipótese que avanços em conhecimento tenham as características de um bem público, o que implica que países podem beneficiar-se até mesmo de inovação tecnológica se eles não investem significativamente em P&D. Esta constante é somada à variável de crescimento de população para produzir uma medida do crescimento de trabalho efetivo. É também assumido que o valor inicial do nível de tecnologia para todos os países é independente de fatores específicos. Isto dá lugar ao seguinte modelo econométrico para verificar os parâmetros do modelo:

$$\ln[Y(t)/L(t)] = \alpha + \beta_1 \ln(\text{investimento}) + \beta_2 \ln(\text{crescimento populacional} + \text{constante}) + \epsilon \quad (7)$$

O modelo proposto leva em conta a inter-relação dinâmica entre investimento e renda calculando numa versão de longo-prazo. Estudo empírico para uma amostra de 98 países, neste modelo bastante simples explica 59 por cento das variações do PIB per capita, e testes de restrições nos coeficientes do modelo sugerem no teste de hipótese que  $\beta_1$  e  $\beta_2$  são iguais e de sinais opostos, o que é consistente com as predições do modelo neoclássico onde os fatores de

produção exaurem o produto pelos seus produtos marginais. Não obstante o modelo simplificado parece capturar as características principais de diferenças entre nações em crescimento econômico.

Apesar deste fato, o modelo não tem completamente êxito, uma vez que estimativas da influência de poupanças e o crescimento econômico na força de trabalho, são muito maior do que as prediz a teoria neoclássica (Mankiw, Romer e Weil, 1992,,: 415). Mas se o modelo é aumentado incorporando uma variável de capital humano, medida pela fração da população em idade de freqüentar escola secundária, então esta anomalia pode ser removida. Eles concluem que o modelo seguinte é uma estimativa razoável da função de produção Cobb-Douglas para uma amostra maior de países:

$$Y = A(t)K^{0.33}H^{0.33}L^{0.33}$$

onde H: é capital humano, e as outras variáveis são definidas acima.

Uma ampliação deste modelo visa incluir Capital Social como um determinante adicional de crescimento econômico. Isto é representado pela equação seguinte:

$$Y(t) = K(t)^\alpha H(t)^\beta S(t)^\gamma [A(t)L(t)]^{1-\alpha-\beta-\gamma} \quad (8)$$

$$0 < \alpha, \beta, \gamma < 1$$

Nesta nova formulação da função produção (Y), capital financeiro (K), capital humano (H), trabalho (L), e o nível de tecnologia (A), são definidos da mesma maneira como previamente, além do capital social (S).

É interessante considerar o que isto implica sobre a relação entre capital social e desempenho econômico, onde o produto marginal de capital social é positivo.

$$\partial Y/\partial S = \gamma S(t)^{\gamma-1} K(t)^\alpha H(t)^\beta [A(t)L(t)]^{1-\alpha-\beta-\gamma}$$

Capital social adicional em uma sociedade produz produção adicional, mas é requerida maior taxa crescente de capital social relativa a uma determinada taxa de crescimento econômico. Segundo a literatura, já detalhada neste trabalho nos capítulos anteriores, a criação de capital social requer recursos a longo-prazo. É também assumido que a taxa de crescimento de capital social em um país é com o passar do tempo determinada por:

$$\partial S/\partial t = S_s Y(t) \quad (9)$$

onde  $S_s$  é a fração de renda investida em capital social. Segue isso de um modo semelhante para equação (4) a evolução de investimento em capital social por unidade efetiva de trabalho é determinada por:

$$\partial k / \partial t = S_s y(t) - (n + g)k(t) \quad \text{onde} \quad y = Y/AL; \text{ e } k = S/AL \quad (10)$$

O modelo implica que externalidades do Capital Social são importantes para sustentar crescimento econômico, mas é necessário criar este recurso. É assumido que uma unidade de produção necessita de investimentos em capital humano, capital físico e capital social.

A equação econométrica para este modelo é derivada da solução de longo-prazo às equações que são diretamente análogas a equação (7) podendo ser escrita como segue:

$$\ln[Y(t)/L(t)] = \alpha + \beta_1 \ln(\text{Investimentos}) + \beta_2 \ln(\text{Crescimento Populacional}) + \beta_3 \ln(\text{Capital Humano}) + \beta_4 \ln(\text{Capital Social}) + \gamma (\text{Controle}) + \epsilon \quad (11)$$

onde  $\gamma$  (Controle) é um vetor de variáveis de controle que completam o modelo básico, e são discutidos que logo.

A primeira é talvez controle mais óbvio neste modelo é uma medida de convergência, ou a tendência de economias mais pobres para crescer mais rapidamente que economias desenvolvidas (Romer, 1994). Outra variável que parece ser um predito significativo de crescimento em qualquer trabalho empírico é o tamanho de gasto de governo, normalmente expresso como uma porcentagem de receita global do país (Barro, 1991).

Uns grandes números de variáveis adicionais devem ser considerados como controles, Cientistas políticos consideraram várias variáveis políticas (regra de lei, qualidade da burocracia, liberdades civis, corrupção, fragmentação etno-lingüística, direitos políticos, distribuição de renda e outras) que podem ser pertinentes a desempenho econômico.

### 3.2. O MODELO DE COLLIER PARA CAPITAL SOCIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO.

Considere o que seria a definição do capital social como a ação coletiva de recursos em uma economia que geram produção que não seria produzida caso contrário pelo mercado. A produção,  $Y$ , é produzida por fatores de produção, tipicamente trabalho e capital:

$$Y = y(L, K) \quad (1)$$

O capital usado na produção de  $Y$  poderia ser então a definição para o capital social da economia. Supondo que uma comunidade se organize coletivamente para comprar um ônibus ou construir uma escola. Há um benefício econômico claro como resultado de integração social (IS). O ônibus e a escola não são nenhum capital social: eles serão registrados na ação coletiva. Porém, integração social neste caso tem um claro e persistente benefício econômico. O capital social é a externalidade por trás do investimento, neste caso toda comunidade quer ter um ônibus, ou uma escola, mas ninguém quer ajudar comprar isto. Ainda assim o retorno econômico neles é mais alto que em outros recursos. A ação coletiva habilita este retorno mais alto. O valor da ação coletiva é o valor presente como um incremento de benefício, isto é o capital social da comunidade.

Formalmente,

$$Y = y(CS, L, K) \quad (2)$$

O ônibus necessita de investimentos em  $K$ , e a escola necessita de investimentos em  $L$  e  $K$ . Estes são convencionais a não ser que se introduza capital social. Capital social é a contribuição de integração social (IS) para  $Y$ . O valor social de (IS) é o excesso do retorno que pode ser transformado em um valor presente e conseqüentemente mensurado como capital social.

Collier define quatro tipos de Integração social (IS):

- (ISm) – relação de uma só mão;
- (ISr) – relação recíproca;
- (ISe) – relação espontâneo;
- (ISo) – relação organizada.

A forma de integração social mais simples envolve a relação de uma só mão, a qual ocorre quando um agente assiste outro e como resultado aprende (até mesmo quando o motivo é apenas curiosidade e não interesse econômico). Por exemplo, jovens que observam os mais velhos.

Uma Integração Social (IS) espontânea e recíproca se dá em uma cadeia. Uma relação espontânea entre os agentes, pode ser uma conversa informal (fofoca). Uma IS de uma só mão que é organizado é uma hierarquia, e uma organização recíproca que é organizada é um clube. Ambos tipos recíprocos de IS também executam IS de uma só mão. IS organizado também executa SI desorganizado: um clube também é uma cadeia. Nesta classificação dos tipos de SI, Collier coloca menos ênfase se a integração é 'horizontal' ou 'vertical' consideradas no trabalho original de Putnam(1993): hierarquias são 'verticais', enquanto clubes são 'horizontais', mas ambos são formas de IS que potencialmente geram capital social.

Capital social é primeiro um subconjunto de processos que geram externalidades, isto é, efeitos que são gerados através de integração social.

A definição de capital social divide confiança em dois lados de uma mesma moeda: Cara ou Coroa. Fukuyama (1995) trata isto como uma variável de 'Cara' e explica transações de custos; Putnam (1993) trata como uma variável de 'Coroa', explicada por integração social.

Assim confiança é uma variável de intermédio, produz IS e produz uma redução em custos de transações, mas sua durabilidade dá-lhe a propriedade de capital:

**Cara : transações de custo f(confiança) (3)**

**Coroa : f(IS de confiança) (4)**

Esta é a estrutura básica quando os efeitos são duráveis: IS é um fluxo do qual são introduzidas externalidades (V) no processo de produção como confiança, conhecimento e normas.

Colier distinguiu três tipos de externalidades (V):

(Vk) como conhecimento sobre o mundo, que pode gerar externalidades de conhecimento;

(Va) conhecimento sobre a confiabilidade de outros agentes, que pode reduzir o oportunismo de informação;

(Vc) e a capacidade para ação coordenada.

Conhecimento sobre o mundo (Vk): conhecimento leva a uma melhor decisão de alocação, podem entrar por IS de dois modos, copiando e agrupando.

Copiando: há uma hierarquia de agentes educados, e os agentes que estão em um nível baixo na hierarquia copiam dos que estão em nível mais elevado, melhorando as suas decisões.

Agrupando: o agente econômico procura se cercar de outros bem informados e desta forma de conhecimento. Muitos agentes diferentes têm pacotes diferentes de conhecimento, e agrupando permite todos os agentes melhorar suas decisões.

Formalmente,

$$V_k = V_k \text{ (copiando, agrupando)} \quad (5)$$

É possível copiar conhecimento nas quatro formas de interação.

$$\text{Copiando} = c(\text{ISm}, \text{ISr}, \text{ISe}, \text{ISo}) \quad (6)$$

É possível agrupar através de Interações Sociais espontâneas e Organizadas, provavelmente porque ambas são cadeias.

$$\text{Agrupando} = a(\text{ISo}, \text{ISr}) \quad (7)$$

Considerando capital social como endógeno, será nos custos, a informação essencial, que são encontradas as diferentes formas de integração social. Os custos de copiar são os custos de observação; os custos de agrupar são os custos de comunicação.

A importância de conhecimento que é compartilhado por interação social depende de quanto conhecimento é compartilhado, e na disponibilidade de mecanismos de substituição como internet e o sistema educacional formal. Considerando que agrupar requer diversidade, e copiar requer que os agentes na cadeia conheçam uns aos outros.

Conhecimento sobre a confiabilidade de outros agentes ( $V_a$ ): As transações enfatizam na literatura a importância de que o conhecimento obtido de outros agentes seja fidedigno. Por isso confiança e reputação são os mecanismos utilizados.

Formalmente,

$$V_a = V_a \text{ (confiança, reputação)} \quad (8)$$

Confiança é um mecanismo encontrado nas quatro formas de interação social.

$$\text{Confiança} = t(\text{ISm}, \text{ISr}, \text{ISe}, \text{ISo}) \quad (9)$$

A Integração Social recíproca promove conhecimento sobre a confiabilidade da cadeia. Alcança isto por fofoca (IS espontâneo) que nomeia e atualiza uma reputação para cada agente conhecido.

$$\text{Reputação} = r(\text{ISo}, \text{ISr}) \quad (10)$$

Ação coletiva IS produz ação coordenada de vários modos, porém, uma distinção útil está entre aqueles que produzam coordenação espontaneamente, e aqueles que produzam isto como resultado de decisões conscientes. O processo anterior está pela construção de normas e regras relacionadas.

A necessidade de normas para coordenação não tem nenhum conteúdo moral. Novamente um processo no qual é alcançada persistência pela durabilidade do efeito (normas, regras), enquanto é alcançado o desenvolvimento da norma e da regra por IS (uma só mão, e recíproco). Conseqüentemente, a ação de capital social é representada pelas normas e regras, embora é produzido pelo fluxo de IS:

$$\text{Vc} = \text{Vc} (\text{normas, regras}) = \text{Vc}(\text{ISm}, \text{ISr}, \text{ISe}, \text{ISo}) \quad (11).$$

Porém, muitas outras ações coordenadas requerem algum processo de decisão coletiva, e isto em volta requer uma hierarquia aceita ou um clube, em lugar de há pouco uma cadeia ou IS de uma só mão. Embora clubes e organizações hierárquicas podem ajudar na formação de normas e regras. A contribuição distintiva é uma regra de alocação de decisões. É provável que a persistência destas formas de coordenação seja dependente na persistência das instituições de IS que os geram:

$$\text{Vc} = \text{Vc} (\text{normas, regras}) = \text{Vc} (\text{coordenação, decisões}) \quad (12)$$

A capacidade para ações coordenadas eleva as externalidades de capital social (V) de quatro modos. Primeiro introduz sanções sociais contra oportunismo, assim custos de transações ameaçadores. Secundariamente, habilitam a administração de recursos comuns. Em terceiro lugar, habilitam a provisão de bens públicos. Finalmente, habilitam economias de mercado recolherem atividades informais.

A importância de ação coordenada por IS depende de suas substitutas. Tanto governos e federações empresariais provêem mecanismos alternativos para coordenação.

Em efeito, instituições gradualmente resolvem os problemas por externalidades do capital social. Por exemplo, na África onde firmas e os governos são fracos, e onde custos de transações são altos, há maior necessidade de coordenação por IS que em outro lugar.

Em resumo:

$$V = V_k + V_a + V_c = V_k \text{ (Copiando, Agrupando)} + V_a \text{ (Confiança, reputação)} + V_c \text{ (Normas, Regras)} \quad (13)$$

onde:

**Copiando** =  $c(I_{Sm}, I_{Sr}, I_{Se}, I_{So})$ ;

**agrupando** =  $p(I_{Sr}, I_{Se})$ ;

**confiança** =  $t(I_{Sm}, I_{Sr}, I_{Se}, I_{So})$  ;

**reputação** =  $r(I_{Sr}, I_{Se})$  ;

**normas** =  $n(I_{Sm}, I_{Sr}, I_{Se}, I_{So})$ ;

**regras** =  $r(I_{So}, I_{Sr})$ .

Estes são seis mecanismos da IS que geram externalidades. ( $V_k$ ) Conhecimento pode ser gerado copiando e agrupando. ( $V_a$ ) Oportunismo pode ser reduzido através de confiança, gerado por repetidas transações, e pela construção de reputações por fofoca. ( $V_c$ ) A coordenação pode superar normas e regras.

Integração Social gera capital social se os benefícios são persistentes. Isto acontece se ou o efeito é persistente, ou se o próprio SI tem características que fazem isto persistente. Externalidades de conhecimento são automaticamente persistentes porque eles são armazenados em memória. Isto aplica ambos para conhecimento sobre o mundo, e conhecimento sobre o comportamento de outros agentes. Esses mecanismos que reduzem a dependência de SI espontâneo são persistentes, considerando que esses que dependem de SI organizado não são, e assim os benefícios só persistam para a duração do Integração Social.

A conclusão da análise com três externalidades, os quatro tipos de integração social, e os seis mecanismos. A forma reduzida é:

$$V = V(I_{Sm}, I_{Sr}, I_{Se}, I_{So}) \quad (14)$$

O oportunismo pode ser anulado por confiança, reputação, normas e sanção social. O último destes requer um tipo diferente de capital social (governo, por exemplo). Confiança, nesta análise, é gerada por repetidas transações (Imagine o comprador que promete e o vendedor confia na promessa). A reputação desta relação é algo que circula na comunidade empresarial. Assim D aprende que ambos A e B têm confiança nas relações com C. Isto dá para C uma reputação com D que confia nisto para fazer uma transação com C, apesar de não ter uma relação de confiança com C. Também pode haver uma norma de confiança em uma sociedade que reduza o oportunismo.

A definição mais larga de capital social inclui o governo. Isto é consistente com a contribuição do governo para renda em que são alcançados benefícios fora do mercado que são duráveis porque o governo é durável.

Em agregado, a substituição entre Capital Social civil e governamental pode ser declarada como:

$$V = v(CSc, CSg) ; CS = \text{Capital Social} \quad (15)$$

Potencialmente, estas substituições podem ser medidas. Por exemplo, poderia haver evidência para vínculos entre a qualidade dos tribunais, a proporção de disputas que são resolvidas pelos tribunais, e a confiança nas cadeias e clubes para execução do contrato.

Um problema relacionado é que as pessoas podem confiar em outras devido a eficiência dos tribunais, desta forma é a atuação da confiança na ação coletiva que facilita a atuação do governo ou é a atuação do governo que induz confiança.

Collier usa a seguinte formulação para mensurar confiança:

$$\text{Confiança} = t(\text{liberdades civis; fragmentação etno-lingüística; telefonia; densidade populacional, Independência de tribunais, número de advogados}) \quad (16)$$

Liberdades civis mostram que a ação coletiva trabalha para melhorar o desempenho do setor público; Uma alta densidade demográfica aumenta a integração social; Os custos de comunicação como determinada Integração Social que induz copiando e agrupando, isto é telefonar a distância; A fragmentação etno-lingüística reduziria IS. E segundo Knack e Keefer (1997) confiança é positivamente relacionada com independência dos tribunais, mas negativamente relacionada ao numero de advogados.

De forma geral, ação coletiva é facilitada através da confiança, pois o custo capital social do governo é uma função da ação do capital social da sociedade civil. Assim, pode-se instrumentar capital social da sociedade civil por seus custos (gastos), onde então, capital social governamental deveria ser uma função disto.

A geração de conhecimento por capital social civil depende de copiar e agrupar. Novamente é necessário o uso das variáveis "Coroa" e "Cara", no conhecimento e na integração social que induz isto.

A variável "Coroa" (confiança explicada pela integração social) pode ser pensada como um bem que a sociedade utiliza seus investimentos individuais em conhecimento. Um bem para estes investimentos individuais é a ação de educação. Conseqüentemente, deveria haver algum significado entre IS e a ação de educação, em uma regressão de crescimento.

A variável “Cara” (confiança obtida nas transações entre agentes) pode ser reduzida como um apoio a ação coletiva que facilita as transações entre os agentes, ou seja, liberdades civis, fragmentação etno-lingüística e tribunais eficientes.

Para quantificar o conhecimento da sociedade civil Collier utilizou a seguinte função:

$$\text{Conhecimento} = f(\text{educação} * \{\text{crescimento de telefones} + \text{densidade de população}\}, \dots)$$

(17)

Como a ação coletiva de sociedade civil melhora a eficiência de despesa pública, conseqüentemente, na regressão de crescimento, deve haver um efeito de interação significativa entre despesa pública e a capacidade da sociedade civil para organizar a ação coletiva.

Confiança também é valiosa reduzindo oportunismo, e isto também melhorará desempenho de setor público. Conseqüentemente, a combinação da capacidade para ação coletiva e uma redução do oportunismo (corrupção) melhora a eficiência de despesa pública.

Então a estrutura a ser testada é a seguinte:

$$\text{Crescimento} = (\text{despesas do governo} * \{\text{confiança no governo (burocracia} + \text{liberdades civis}\}); \text{investimentos; conhecimento} \dots)$$

(18)

É possível assim testar para cada dos três efeitos potenciais de Integração Social civil. Introduzindo em uma equação de crescimento, e adquirido não só uma contribuição de cada componente de IS para crescimento, mas também uma medida da estimação de capital social.

## 4. ANÁLISE EMPÍRICA

### 4.1. BASE DE DADOS

Com o objetivo de verificar a hipótese sugerida neste capítulo, foram direcionados esforços no sentido de coletar e agrupar para os países e estados brasileiros, variáveis qualitativamente satisfatórias e capazes de guardar o máximo possível de analogia em relação às utilizadas nas análises cross-sections para países, as quais, discutidas ao longo da pesquisa. Os dados para esta seção empírica são obtidos combinando alguns bancos de dados distintos.

Para os Países:

O primeiro é o Penn World Table 5.6 de Summers e Heston (1995) que é um conjunto de séries temporais econômico-nacionais que cobre um grande número de países nos quais são denominadas variáveis em um arranjo comum de preços e moedas correntes que serviram para definir PIB per capita em preços constantes de dólar (PIBC); Gastos do Governo em relação ao PIB(G); Investimentos (considerados como a atuação do capital em equipamentos de transportes; construções residenciais, não residenciais e outras construções e produtos duráveis em relação ao PIB) (I). Isto torna possível comparar reais quantidades diretamente sem os problemas que podem acontecer com dados de contas nacionais diferentes.

O segundo banco de dados é a pesquisa de Valores Mundial de 45 países levada a efeito entre 1981 e 1990 pela ICPSR – Inter-University Consortium For Political And Social Research (ICPSR; 2001), de onde é extraída a variável de Capital Social (S) de Knack e Keefer, como o índice de participação cívica e confiança definida no segundo capítulo desta monografia, medida através de pesquisas de opinião de amostras entre 9 mil e 15 mil pessoas em 45 países.

O terceiro banco de dados é oriundo de Easterly (1999); Os dados estão no formato de Loto, e divididos em 2 partes: data1 e data2, com dois arquivos de description,.: descr1 e descr2. Este banco de dados inclui 95 variáveis para mais de 100 países, cobrindo o período 1960-90; Neles estão contidas diversas variáveis institucionais definidas na Tabela 4.1.; Capital Humano (H), calculado como os anos de instrução média na população total acima dos 25 anos de idade (exceções para México e Noruega onde foi usada a média de instrução para pessoas acima dos 26 anos de idade); e o índice de Gini (GINI).

Para os Estados Brasileiros:

O primeiro é o Anuário Estatístico do Brasil - IBGE( 2001) e exceção para os dados de 1990 obtidos em Ahmad (2001) com dados sobre o PIB per capita medidos em dólares preço paridade consumo pelo world development report; Investimentos (I) que será definido pelo consumo de energia elétrica não residencial percentual, ou seja, consumo de energia geral menos consumo residencial dividido pelo consumo em geral (IBGE ou no site do ministério das minas e energias - MME(2001);

O segundo é o Instituto Universitário de Pesquisas do estado do Rio de Janeiro - IUPERJ (2001) ou no site do Supremo Tribunal Eleitoral - STE (2001) que definiu as variáveis para abstenção (S') nas eleições estaduais;

Em terceiro vem o indicador de educação do PNUD (H), medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, do PNUD (2000) e IPEA (2001);

E por último Índice de Gini (GINI) e Despesas Primárias Estaduais per capita a preços constantes de 1999(G) extraídos de Blanco (2001) ou [on line] no site do Ministério da fazenda que dispõem sobre informações de despesas estaduais (2001).

**TABELA 4.1. FONTE DAS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS PARA CAPITAL SOCIAL**

<i>Para Países</i>	<i>Variável</i>	<i>Descrição</i>	<i>Fonte</i>
Confiança e Civismo	S	Índice (1-100) Onde os maiores valores representam uma justificativa	ICPSR (2001)
Qualidade Burocrática	BUR	Índice (1-6) onde os maiores valores representam menos burocracia	Easterly (1999)
Regra à Lei	RLEI	Índice (1-6) onde os maiores valores representam maior coesão perante a lei	Idem
Corrupção	CORR	Índice (1-6) onde os maiores valores representam menores níveis de corrupção	Idem
Direitos Políticos	DPOL	Índice (1-7) onde os maiores valores representam direitos políticos reduzidos	Idem
Militares na Política	MPOL	Índice (0-6) onde os maiores valores representam menor a participação militar no governo	Idem
Liberdade Civil	CLIB	Índice (1-7) onde os maiores valores representam liberdades civis reduzidas	Idem
Terrorismo político	TPOL	Índice (0-6) onde os menores valores representam maior risco de terrorismo	Idem
Risco de guerra civil	RG	Índice (0-6) onde os menores valores representam maior risco de guerra civil	Idem
Tensões étnicas	TR	Índice (0-6) onde os menores valores representam maior risco de conflitos étnicos	Idem
<i>Para os Estados</i>	<i>Variável</i>	<i>Descrição</i>	<i>Fonte</i>
Abstenção Eleitoral	S'	Abstenções nas eleições estaduais do Brasil.	TSE; IUPERJ (2001)

É sugerido que capital social seja sinônimo de níveis de confiança, participação cívica e qualidade institucional em uma determinada sociedade, mas, como foi discutido ao longo deste trabalho há algum debate sobre o significado preciso de capital social na literatura. Por exemplo, Whitely (2001) escolheu três variáveis na pesquisa de Valores Mundial que pode ser usada para medir capital social: a) a pergunta geral que é usado para medir até que ponto as pessoas são confiáveis; b) até que ponto os indivíduos membros da sua família são confiáveis; c) até que ponto os seus vizinhos são confiáveis.

#### Quadro 4.1

<i>Pergunta: Falando de modo geral, você diria que, a maior parte, pessoas são confiáveis ou que você deve ter um demasiado cuidado lidando com pessoas?(%)</i>		
As pessoas são confiáveis		35.5
Deve ter um certo cuidado com as pessoas		64.5
Total		100
<i>Pergunta: O quanto você confia em determinados grupos de</i>		
	<i>a) Sua família (%)</i>	<i>b) Seus Vizinhos (%)</i>
Confie neles completamente	79.8	19.7
Confie neles um pouco	14.2	44.4
Não confia nem desconfia	2.6	22.7
Confia muito pouco	1.4	10.2
Não confia neles	1.9	3.1
Total	100	100

Fonte: ICPSR in Whitely(2001)

De maneira interessante um terço de respondentes tem confiança nas pessoas em geral, embora seja uma minoria considerável. Não surpreendentemente, eles são mais confiantes nos seus membros familiares, e menos nos seus vizinhos, que as pessoas em geral. Mas uma análise das variáveis no Quadro 4.1 revela um dimensionamento pouco razoavelmente estando por baixo as respostas para estas perguntas. Adequadamente, no capítulo I foram expostas outras medidas de capital social, porém as pontuações são mais usadas como indicadores do nível de capital social em um país na análise subsequente. A variável Capital Social foi definida através do índice de participação cívica e confiança de Knack e Keefer (1997), e será incorporada a um sistema de equações simultâneas para os países considerados. E para os estados, tal variável será definida pelo índice de abstenção em eleições uma vez que, *“a participação da população no processo político reduz a chance de ter um eleitorado cativo e faz com que a adoção de políticas públicas seja mais imune ao ativismo de grupos de interesse, desestimulando comportamentos do tipo “rent-seeking” (Blanco; 2001a)”* o que permite comparar civismo e confiança institucional nos estados.

Esta constatação não permite inferir nenhuma conclusão sobre o efeito da participação política da população sobre o nível de per capita. Portanto, uma maior participação como reflexo de um maior controle da sociedade sobre seus administradores públicos não tem nenhuma implicação sobre a PIB per capita, como mostra a Tabela 4.2.

Tabela 4.2

U. F.	Razão	V. O	V. I.	V. P.	V. C.	V. A	U. F.	Razão	V. O	V. I.	V. P.	V. C.	V. A
Maranhão	94/90	105,59	111,55	80,34	96,53	108,93	Espírito Santo	94/90	107,13	104,74	101,48	95,50	129,32
	98/94	103,62	115,25	233,57	99,28	101,64		98/94	104,69	91,82	246,94	94,44	126,74
Piauí	94/90	103,95	107,17	87,80	93,29	133,73	R. de Janeiro	94/90	104,10	102,25	114,65	94,12	153,54
	98/94	102,18	118,64	257,84	97,17	109,91		98/94	102,87	94,61	237,49	94,10	132,89
Ceará	94/90	106,01	107,12	94,75	94,09	128,65	São Paulo	94/90	107,14	102,20	136,30	96,83	134,12
	98/94	104,27	112,72	262,30	98,33	105,91		98/94	104,82	90,59	250,01	94,24	144,74
R. G. do Norte	94/90	105,84	107,36	68,01	98,13	111,19	Paraná	94/90	105,07	104,08	96,46	96,05	124,29
	98/94	103,65	99,00	241,86	96,31	119,50		98/94	103,98	91,68	250,23	95,52	121,26
Paraíba	94/90	103,44	108,65	95,75	94,63	124,31	S. Catarina	94/90	106,63	103,65	107,17	96,77	128,16
	98/94	101,96	120,69	246,20	97,29	109,33		98/94	104,44	92,19	231,20	96,43	123,48
Pernambuco	94/90	103,76	101,98	88,82	94,27	129,45	R. G. do Sul	94/90	104,92	102,20	126,58	96,92	130,77
	98/94	102,36	110,37	257,47	94,30	121,33		98/94	103,34	89,90	214,02	96,59	125,21
Alagoas	94/90	105,12	106,19	88,06	108,60	69,68	M. G. do Sul	94/90	107,56	107,55	89,27	97,26	114,29
	98/94	102,88	124,22	240,67	84,87	183,12		98/94	99,41	90,09	241,44	97,18	112,50
Sergipe	94/90	107,95	114,23	71,55	95,60	127,94	Mato Grosso	94/90	111,13	101,61	80,21	96,70	110,29
	98/94	105,32	89,82	223,73	94,92	124,14		98/94	106,11	99,96	228,36	96,99	108,21
Bahia	94/90	105,60	106,56	87,38	93,26	124,77	Goiás	94/90	110,00	102,97	77,85	96,89	115,76
	98/94	103,49	124,76	247,25	93,04	119,10		98/94	107,31	98,79	229,14	98,15	107,85
Minas Gerais	94/90	105,19	104,28	101,77	97,44	115,60	D. Federal	94/90	111,39	101,99	146,03	99,08	106,11
	98/94	103,62	96,64	240,05	95,70	122,09		98/94	105,35	96,15	327,22	98,14	111,51

Fonte: PNUD (2000); IBGE, IUPERJ; 2001. Nota: Base de cálculo para Variação Percentuais (%) período posterior dividido pelo período anterior 1990, 1994 e 1998. Sendo V.C. - Variação do Comparcimento; V.A. - Variação das abstenções; V. P. - Variação do PIB Per Capta; V.I. - Variação do IDH; V. O - Variação da População.

Segundo Blanco (2001a) "pode se esperar ineficiência em estruturas políticas com um elevado grau de fragmentação política, onde comportamentos do tipo "pork barrel" ou "logrolling" permitem que grupos de interesse exerçam influência sobre a alocação de recursos públicos locais em prejuízo da maioria. Baixa participação da comunidade local pode gerar uma maior vulnerabilidade das esferas inferiores de governo à influência das elites regionais, a comportamentos rent seeking ou simplesmente a própria corrupção. Assim, se as esferas inferiores de governo são mais vulneráveis, as chances de captura das estruturas públicas subnacionais por parte de grupos de interesse constitui um contra argumento forte à maior eficiência da política das unidades descentralizadas".

## 4.2. METODOLOGIA

Variáveis político-institucionais vêm sendo inseridas recentemente por diversos estudos econométricos através de estimações em cross-country a fim de fornecer novas abordagens sobre o diferencial do nível de crescimento entre nações. Dentro dessa linha de investigação pode-se discriminar o capital social como uma nova variável explicativa que incorpora as instituições de uma sociedade. Será utilizado um painel de dados com dois períodos para 26 países (1980, 1990), e com três períodos para 20 estados do Brasil (1990, 1994, 1998). Devido a disponibilidade de dados para a variável Capital Humano se utilizou informações de 1991 ao invés de 1990 e 1995 ao invés de 1994. Pela mesma razão, gastos primários per capita foram usados dados de 1995 ao invés de 1994.

As especificações das variáveis de capital social a serem utilizadas neste estudo apresentam-se na tabela 4.1. Três critérios básicos foram considerados nas escolhas dos indicadores a serem utilizados nas estimações que melhor expressem qualidade institucional dentro dos padrões que se ajustem e permitam proceder a simulações para o Brasil. O primeiro, é a verificação da não ambigüidade das variáveis com o nível de produto, sendo tal critério amplamente satisfeito pela verificação da existência de um único sentido de tal relação. O segundo critério concerne na necessidade de cada variável apresentar, sob algum aspecto, a natureza de um bem público. Por fim, o terceiro critério é estabelecido pela própria aceitação de tais indicadores como suficientemente capazes de refletir a realidade, pela literatura econômica especializada.

Duas observações fundamentais devem ser notadas como de essencial importância para a formulação do modelo econométrico. A primeira insere-se no fato de existir uma correlação elevada entre tais variáveis. O segundo ponto decorre da observância de elevada correlação entre as variáveis institucionais e o PIB per capita. Existe um círculo virtuoso entre qualidade institucional e crescimento econômico, de forma que boas instituições favorecem o crescimento e elevados níveis de renda incentivam a permanência de estabilidade política e de eficiência institucional.

A investigação dos efeitos do capital social sobre o crescimento econômico será realizada através um modelo econométrico de equações simultâneas, de forma a ser possível não apenas a verificação da relação entre capital social e crescimento, mas, fundamentalmente, das interações existentes entre capital social e renda per capita, captando assim os efeitos do círculo virtuoso entre tais variáveis, e das interações existentes entre as próprias variáveis. Possibilita-se, então, através deste modelo o teste da endogeneidade tanto do crescimento como do capital social conjuntamente.

A escolha do número de variáveis qualitativas para explicar capital social foi tomada a posterior através de um pré-teste, de onde se buscou maximizar a performance do modelo simultâneo através de testes estatísticos. Assim, as equações que visam explicar a qualidade institucional assumem a forma de equações de variáveis dependentes limitada do tipo Probit a

serem determinadas conjuntamente. A forma estrutural do modelo que obteve melhor desempenho estatístico para fins de previsão é dada por:

Para países:

$$\begin{aligned} \text{PIBC} &= f_y (H, I, S, G, \text{GINI}, \text{COMP}, \text{CORR}). \\ S &= f_s (\text{PIBC}, H, \text{COMP}, \text{CORR}) \\ \text{CORR} &= f_c (\text{PIBC}, S, \text{BUR}, \text{LIB}) \end{aligned} \quad (1)$$

onde,

CORR é igual a "1" para valores maiores que 3<sup>5</sup>, e "0" caso contrário.

COMP=(RLEI+TPOL+RG+MPOL)

Para Estados do Brasil:

$$\text{PIBC} = f_y (H, I, S, G, \text{GINI}). \quad (2)$$

As demais variáveis seguem como especificadas pela tabela 4.1..Assim, a primeira equação consiste basicamente no modelo de crescimento endógeno com governo formulado por Barro (1990), cujas modificações implicam pela inserção da variável CORR (Corrupção); S (Capital Social para países) e S' (Capital Social para os estados do Brasil) e pela inserção da variável COMP [que representa um índice composto das variáveis: Regra de Lei (RLEI), Militares na Política (MPOL), Risco de guerra civil (RG), Terrorismo político (TP)]. Tais modificações visam, em parte, a própria identificação do modelo simultâneo. Entretanto, tais enxertos são amplamente justificados pela teoria, onde a implementação da variável corrupção (CORR) tende a linearizar o efeito da qualidade institucional sobre o crescimento evitando um resultado inconclusivo (Arraes e Telles, 2000).

Ao mesmo tempo, a inserção da variável S (capital social) é suportada por resultados anteriores (Whitely, 2001) que demonstram que tal variável melhora consideravelmente o poder de explicação do modelo.

---

<sup>5</sup> Note-se que o valor 3 representa o ponto médio desta variável. (Ver tabela 4.1)

### 4.3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os modelos de crescimento endógeno formulam que variações em políticas educacionais, fiscais e de comércio exterior, no grau de distribuição de renda concluem em efeitos permanentes sobre o produto per capita. Embora as estimações para os estados apresentem resultados inferiores aos encontrados para os países, a análise implementada demonstra claramente uma forte relação entre as variáveis explicativas e o comportamento do PIB per capita de longo-prazo, o que evidencia a veracidade da endogeneidade das variáveis institucionais.

Nesse sentido, foram realizados testes comparativos entre séries temporais, *cross-section* e *panel data*, com os dados disponíveis para os países e para os estados Brasileiros, onde os resultados convergiram no sentido de ampla evidência estatística a favor do método de *panel data*, para todas as regiões analisadas. Antes de comentarmos os resultados, gostaríamos de lembrar que:

a) existe um número muito baixo de observações finais dada à dificuldade de se obtê-las, principalmente das variáveis independentes;

b) outras variáveis institucionais que não apenas as utilizadas foram testadas, mas omitidas dos resultados porque não apresentaram elevada significância. Entre elas podemos citar: Índice de Direitos Políticos e o Índice de Fragmentação etno-lingüística (Quanto maior o número apresentado, maior a fragmentação do país em grupos que preservam suas raízes culturais e lingüísticas);

c) Três equações compõem a tabela de resultados dos países porque as variáveis significativas não apresentaram uma significância conjunta para explicar a mudança de comportamento do PIB per capita.

#### 4.3.1 Estimativas dos modelos (1) e (2)

A tabela 4.3. apresenta os resultados do modelo estrutural (1) onde as equações foram estimadas, pelo método dos mínimos quadrados de dois estágios. O ajustamento satisfatório obtido nas três equações permite inferir algumas conclusões básicas, além de prover confiança e eficácia nas previsões e simulações daí decorrentes. Em primeiro lugar, confirma-se a endogeneidade do crescimento econômico em uma amostra de países com características econômicas heterogêneas. Em segundo lugar, há simultaneidade entre os fatores qualitativo-institucionais e na sua determinação do crescimento. Em terceiro lugar, o crescimento econômico é condição necessária para o aumento da eficiência institucional. Deve-se realçar que variáveis político-institucionais, como instabilidade política e regra de lei, são relevantes para determinar os fenômenos institucionais depois de incluídos, porém, insignificantes para

explicar o crescimento. Algumas variáveis exógenas foram inseridas com o propósito de identificar o sistema de equações, não obstante relevantes como o tamanho do Governo(G).

Assim, a tabela 4.3 apresenta os resultados para os países, a tabela 4.4 apresenta os resultados para os estados brasileiros.

Tabela 4.3. Estimativas do Modelo (1) - Países

Variáveis	Equações		
	PIBC	S	CORR
C	-2827,000 (3805,379)	11,51697 (8,027414)	-1,328715 (1,835391)
H	329,9786** (125,2539)	0,352575 (0,701558)	
I	30,14845 (61,59690)		
G	-78,00845 (73,12392)		
S	56,95319*** ( 32,34592)		-0,008337*** (0,027734)
GINI	-38,39024 (47,97844)		
CORR	2422,030 (960,3354)	1,088597* (5,271266)	
COMP	411,8552* (103,5943)		
BUR			0,344115* (0,299839)
LIB			-0,310239 (0,296520)
PIBC		0,001668*** (0,000745)	0,000177 (0,000127)
R <sup>2</sup>	0,83		

Notas:Os valores entre parênteses referem-se aos desvios padrão;

(\*) simboliza significância estatística de 1%

(\*\*) simboliza significância estatística de 5%

(\*\*\*) simboliza significância estatística de 15%

Tabela 4.4. Estimativas do Modelo (2) – Estados do Brasil.

Variáveis	Equação PIBC
C	-13436,24** (3.316513)
H	13,07367* ( 2035,302)
I	2,36E-06 (2,27E-05)
G	1,762834* (0,598858)
GINI	62,28813 (76,72688)
S	4,960207*** (3,686073)
R <sup>2</sup>	0,58

Notas:Os valores entre parênteses referem-se aos desvios padrão;

(\*) simboliza significância estatística de 1%

(\*\*) simboliza significância estatística de 5%

(\*\*\*) simboliza significância estatística de 18%

Os resultados apresentados pela tabela 4.3 corroboram a hipótese de que variáveis institucionais; distribuição de renda; Gastos do Governo; Investimentos; Capital humano; e Capital social. Todas as variáveis institucionais e para o capital social se mostraram muito significantes embora sejam variáveis intangíveis. Compõe-se de forma significativa na formação de vantagens comparativas para os níveis de produtividade entre os países.

As tabelas 4.3 e 4.4 apresentam um comportamento semelhante dos coeficientes de acordo com expectativas teóricas que compõem as equações para Países, e para os Estados do Brasil. A fim de verificar as carências produtivas de cada país analisado e de cada estado do Nordeste utilizou-se o modelo especificado pela equação a fim de realizar simulações comparativas entre o país líder, no caso os Estados Unidos, ou, no caso dos estados, o estado líder, que se configura no Distrito Federal, e os demais países e estados, alcançando-se os resultados preditos pelas tabelas 4.5 e 4.6.

#### 4.3.2 Cenários e Simulações para os Modelos (1) e (2)

As segundas colunas das tabelas 4.5 e 4.6 apresentam a relação percentual existente entre o PIB per capita do país ou estado considerado e os Estados Unidos ou Distrito Federal para os países ou estados respectivamente, enquanto as demais colunas estimam qual seria essa relação caso o país ou estado relacionado tivesse o estoque do fator listado igual ao do país ou estado líder. Como exemplo consideremos o caso brasileiro, cujo PIB per capita, em 1990, significava 22,39% do PIB per capita americano. É importante, porém, ressaltar que alguns resultados refletem de forma convincente as carências e necessidades de cada país, o mesmo ocorrendo com os estados analisados.

#### 4.5. Simulações do PIB per capita Estados Brasileiros – 1998 - (%)

<i>Unidades da Federação</i>	<i>I</i>	<i>GINI</i>	<i>H</i>	<i>PIBC</i>	<i>S'</i>	<i>G</i>
Maranhão	143,34	96,83	77,90	10,24	200,00	10,72
Piauí	88,80	95,24	77,03	12,36	157,42	17,09
Ceará	107,45	98,41	79,63	20,38	150,32	20,95
R. G. do Norte	120,87	95,24	80,50	19,78	122,58	32,89
Paraíba	112,85	101,59	80,07	16,74	158,71	20,28
Pernambuco	108,26	95,24	82,56	24,98	165,16	27,02
Alagoas	134,77	100,00	85,59	17,38	181,94	15,25
Sergipe	127,83	98,41	85,48	22,74	139,35	40,30
Bahia	133,00	95,24	82,67	23,61	205,16	29,16
Minas Gerais	131,11	90,48	92,31	40,05	128,39	34,35
Espírito Santo	133,19	93,65	91,12	45,20	140,65	48,51
Rio de Janeiro	111,25	92,06	97,18	55,91	130,32	38,46
São Paulo	119,49	85,71	97,83	70,43	106,45	44,24
Paraná	121,58	90,48	95,12	47,49	136,13	39,59
Santa Catarina	124,79	84,13	98,16	48,75	105,16	29,87
R. G. do Sul	117,27	88,89	96,97	55,23	96,13	52,24
M. G. do Sul	108,16	85,71	92,52	38,88	133,55	38,25
Mato Grosso	94,60	92,06	94,15	32,03	187,10	39,38
Goias	105,53	92,06	91,66	28,27	132,90	29,16
Distrito Federal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: Valores mais baixos para H, I, G, dos estados em relação ao Distrito Federal implicam despesas mais baixas em relação a estas variáveis, enquanto o Índice de GINI é o contrario valores mais baixos representam uma distribuição melhor e para Abstenção (S') valores maiores implicam em baixa participação cívica .

Tabela 4.6. Simulações do PIB per capita dos Países – 1990 – (%)

PAISES	PIBC	H	VARIÁVEIS						
			I	G	S	COMP	CORR	GINI	
EUA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CANADA	95,12	87,97	130,05	93,13	109,25	109,09	83,33	121,75	
NORUEGA	82,54	81,34	104,93	128,24	134,80	109,09	83,33	128,55	
SUECIA	81,77	32,00	120,69	170,23	125,77	104,55	83,33	128,68	
DINAMARCA	77,04	87,65	104,93	154,96	123,35	109,09	83,33	127,85	
FINLANDIA	77,87	80,52	162,07	120,61	125,99	109,09	83,33	157,79	
SUIÇA	91,42	80,15	171,92	72,52	101,76	109,09	83,33	99,42	
AUSTRIA	70,32	56,35	130,05	96,95	70,04	109,09	100,00	117,59	
HOLANDA	72,17	37,48	109,85	89,31	101,76	109,09	83,33	127,41	
FRANÇA	77,01	55,34	134,98	112,21	54,63	95,45	100,00	110,84	
REINO UNIDO	73,21	73,37	91,13	124,43	97,80	90,91	100,00	114,86	
BELGICA	73,29	77,64	122,66	83,97	66,52	104,55	100,00	137,78	
IRLANDA	51,37	31,81	113,79	90,08	88,55	100,00	100,00	95,52	
ITALIA	69,17	67,94	121,67	88,55	57,93	95,45	125,00	131,29	
ESPANHA	53,08	42,04	143,35	98,47	75,99	77,27	125,00	143,41	
PORTUGAL	41,42	88,08	80,30	170,23	47,14	86,36	100,00	107,88	
TURQUIA	20,72	27,95	100,99	85,50	22,03	50,00	250,00	82,57	
AUSTRALIA	80,01	86,88	117,73	98,47	105,29	109,09	100,00	89,06	
JAPÃO	79,38	53,25	190,64	58,78	89,87	100,00	100,00	106,16	
COREIA DO SUL	36,96	71,76	181,77	64,89	83,70	68,18	250,00	106,29	
INDIA	7,00	25,84	78,82	230,53	75,55	31,82	250,00	117,49	
ARGENTINA	26,07	56,64	56,65	29,77	59,47	72,73	125,00	78,08	
BRASIL	22,39	29,57	74,88	103,82	14,76	81,82	125,00	62,34	
CHILE	24,03	54,72	130,05	125,95	50,00	68,18	166,67	70,98	
MEXICO	32,28	71,75	73,89	68,70	39,01	77,27	166,67	73,86	
NIGERIA	5,51	72,72	39,41	177,10	50,44	36,36	250,00	94,52	

Nota: Valores mais baixos para H, I, dos países em relação aos Estados Unidos implicam despesas mais baixas em relação a estas variáveis, o Índice de GINI, COMP, S, com valores maiores representam uma distribuição melhor e em uma melhor qualidade institucional; para CORR valores maiores implicam em índices elevados de corrupção e para G nada se pode afirmar, pois as despesas de cada país devem considerar eficiência e qualidade das políticas públicas.

Optou-se por analisar corrupção de forma isolada no ambiente institucional por que casos que podem implicar existência de corrupção, Por exemplo,; como tem ocorrido, recentemente, várias CPI's de corrupção no Congresso Nacional, é necessário observar as conseqüências políticas deste tipo de ocorrência. Todavia, a corrupção tem conseqüências econômicas, além das políticas, relevantes. A corrupção também onera o crescimento econômico da região ao afugentar novos investimentos, ao criar incerteza quanto à apropriação dos direitos privados e sociais.

Em geral vem acompanhado de estruturas institucionais ineficientes, as quais diminuem a efetividade dos investimentos públicos e privados. Em países onde é generalizada a corrupção, de cada unidade monetária investida, boa parte é desperdiçada, o que implica um investimento, de fato, menor. O risco político e institucional é sempre levado em conta pelos investidores internacionais e domésticos. Quando esse risco é elevado, projetos de investimentos são adiados, ou até cancelados. Em casos extremos, a corrupção crônica leva países a crises políticas permanentes que acabam em golpes de estado ou em guerras civis.

Nos últimos seis anos, no ranking de 90 nações, o Brasil pulou da 36ª posição, em 1995, para a 46ª neste ano de 2001<sup>6</sup>. A cada ano, desde 1995, a corrupção vem aumentando no Brasil, com o país se distanciando cada vez mais e pulando do 36º para o 40º, 45º, 46º e 49º lugar como mostra a tabela 4.7. O Brasil vem se posicionando como um dos países mais corruptos da América do Sul, distante, Cabe ressaltar que a Argentina sofreu uma piora de na sua corrupção, pois tinha uma colocação de 30º em 1995 passou para 57º em 2001, num ranking de zero a 10.

Tabela 4.7. Índice Anual de Corrupção da Transparency International

País	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota
Dinamarca	2	9,32	2	9,33	1	9,94	1	10	1	10	2	9,8	2	9,5
Finlândia	4	9,12	4	9,05	2	9,48	2	9,6	2	9,8	1	10,0	1	9,9
Suécia	5	8,87	3	9,08	3	9,35	3	9,5	3	9,4	3	9,4	6	9,0
Islândia	--	--	--	--	--	--	5	9,3	4	9,2	4	9,1	4	9,2
Canadá	6	8,87	5	8,96	5	9,1	6	9,2	5	9,2	5	9,2	7	8,9
Holanda	9	8,69	9	8,71	6	9,03	8	9	6	9,1	8	8,9	8	8,7
Noruega	10	8,61	6	8,87	7	8,92	8	9	7	8,9	6	9,1	10	8,6
Suíça	8	8,76	8	8,76	11	8,61	10	8,9	8	8,9	10	8,6	12	8,4
Austrália	7	8,8	10	8,6	8	8,86	11	8,7	--	--	13	8,3	11	8,5
Reino Unido	12	8,57	12	8,44	14	8,22	11	8,7	--	8,6	9	8,7	13	8,3
Irlanda	11	8,57	11	8,45	12	8,28	14	8,2	--	--	19	7,2	18	7,5
Alemanha	13	8,14	13	8,27	13	8,23	15	7,9	--	--	--	--	--	--
Áustria	16	7,13	16	7,59	17	7,62	17	7,5	--	--	15	7,7	15	7,7
E.U.A.	15	7,79	15	7,66	16	7,61	17	7,5	--	7,5	14	7,8	16	7,6
Chile	14	7,94	21	6,8	23	6,05	20	6,8	--	6,9	18	7,4	18	7,5
França	17	7	19	6,96	20	6,66	21	6,7	--	--	21	6,7	23	6,7
Portugal	21	5,56	22	6,53	19	6,97	22	6,5	--	--	24	6,4	25	6,3
Espanha	24	4,35	32	4,31	24	5,9	23	6,1	--	--	20	7,0	22	7,0
Japão	19	6,72	17	7,05	21	6,57	25	5,8	--	6	23	6,4	21	7,1
Bélgica	18	6,85	20	6,84	26	5,25	28	5,4	--	--	25	6,1	24	6,6
África do Sul	20	5,62	23	5,68	33	4,95	32	5,2	--	--	--	5,0	38	4,8
Itália	32	2,99	34	3,42	30	5,03	39	4,6	--	--	39	4,6	29	5,5
Coréia do Sul	25	4,29	27	5,02	34	4,29	43	4,2	--	--	48	4,0	42	4,2
<b>BRASIL</b>	<b>36</b>	<b>2,7</b>	<b>40</b>	<b>2,96</b>	<b>36</b>	<b>3,56</b>	<b>46</b>	<b>4</b>	<b>45</b>	<b>4,1</b>	<b>49</b>	<b>3,9</b>	<b>46</b>	<b>4,0</b>
Turquia	27	4,1	33	3,54	38	3,21	54	3,4	--	--	50	--	--	--
México	31	3,18	38	3,3	47	2,66	55	3,3	--	--	59	3,3	51	3,7
Argentina	30	3,24	35	3,41	41	2,81	61	3	--	3	52	3,5	57	3,5
Índia	34	2,78	46	2,63	45	2,75	66	2,9	--	--	69	2,8	71	2,7
Nigéria	--	--	54	0,69	52	1,76	81	1,9	--	1,6	90	1,2	90	1,0

Fonte: Transparência Internacional, disponível on line em 2001 pela URL: [www.transparency.de](http://www.transparency.de).

há evidências de que o grau de desenvolvimento institucional afeta negativamente ou positivamente a produtividade dos fatores econômicos, implicando a diminuição ou aumento da renda per capita de um país. Para o Brasil caso tivesse a qualidade institucional e o nível de Capital Social que vigoram em países Desenvolvidos como Canadá e países da Europa Setentrional - o país melhoraria seu nível de PIB per capita. No caso das economias desenvolvidas - como Canadá, Suíça, Dinamarca, Finlândia, Suécia, e Noruega, por exemplo - essa diferença percentual em relação ao Brasil é elevada ou pior, por exemplo, se o Brasil

<sup>6</sup> - Ranking feito por empresários nacionais e internacionais, numa escala de zero (mais corrupção) a dez (menos corrupção). Este índice é composto de vários outros índices feitos por empresas de consultoria que analisam riscos políticos e econômicos para investidores internacionais. Em 1998, se usou um mínimo de três e um máximo de dez destes índices para compor o ranking da TI.

tivesse a qualidade institucional da Noruega o PIB do Brasil passaria de \$12.916,23 para \$23.335,55 dentro da simulação na tabela 4.8. Mas, no caso de economias pobres ou em desenvolvimento, essa diferença é consideravelmente menor, ou melhor, uma vez que são também maiores as distâncias em termos de corrupção percebida e de qualidade institucional, exceção feita ao capital social que no Brasil apresenta o pior indicador.

Tabela 4.8. Brasil – Simulações de ambiente institucional de outros países sobre PIBC – 1990

<i>País</i>	<i>Efeitos (\$)</i>	<i>País</i>	<i>Efeitos (\$)</i>
NIGERIA	4875,96	BRASIL	12916,23
INDIA	5113,34	CANADA	22674,89
TURQUIA	5376,92	DINAMARCA	23039,39
ARGENTINA	13248,61	FINLANDIA	23107,74
CHILE	10169,79	NORUEGA	23335,55
PORTUGAL	16587,36	SUECIA	22690,16
ESPANHA	14087,64	AUSTRIA	19239,09
FRANÇA	17604,77	HOLANDA	22481,25
IRLANDA	18893,73	AUSTRALIA	20150,35
ITALIA	15268,17	SUIÇA	22481,25
JAPÃO	18927,90	REINO UNIDO	18309,16
COREIA DO SUL	8619,15	EUA	19189,89
MEXICO	10709,37	BELGICA	18736,08

É evidente que nunca seremos um Canadá ou um país do Norte da Europa, dadas às especificidades destes. Todavia, tais dados servem pelo menos para mostrar que um ambiente institucional e com um bom nível Capital Social tem conseqüências mais evidentes e menos trágicas do que aquelas que tem acontecido, por exemplo, com a Argentina atualmente, e que podem por até em risco a democracia, por arranhar ela mesma, que é a principal instituição no combate a este fenômeno.

Países com piores distribuições de renda tiveram um comportamento expansivo por parte do setor público embora o coeficiente de impacto da distribuição de renda sobre o comportamento do setor público seja muito pequeno. Combinada com as variáveis Institucionais e de capital social, por exemplo, teria seu coeficiente de impacto reduzido ou ampliado em função desta combinação. Outrossim, regimes mais democráticos, à medida que possibilitam posições de descontentamento com a má utilização dos recursos públicos, tendem a diminuir o nível de burocracia da economia. Como era de esperar os países industrializados atingem performance elevada quanto a qualidade institucional, o que corrobora com as boas estimativas do modelo estrutural e seu elevado grau de precisão. Já países que devotam elevada conturbação político-institucional, como por exemplo, à Nigéria detém elevada chance de serem ineficientes e possuírem baixa qualidade institucional.

Esses resultados demonstram que um baixo nível de crescimento econômico implica necessariamente também em baixo nível de qualidade institucional.

## CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho sustentou-se que capital social, como um elemento institucional específico, pode explicar o atraso relativo de alguns países ou regiões. Em resumo: as instituições são importantes, instituições ruins restringiria as perspectivas de crescimento, no longo prazo, dos países e regiões, já o capital social seria o elo de ligação entre a desigualdade e o atraso econômico.

A hipótese de que qualidade institucional e crescimento econômico são faces de uma mesma moeda foi aceita satisfatoriamente neste artigo. Isso foi provado através da hipótese teórica, irrefutável na literatura econômica, de crescimento endógeno. Um dos exemplos mais citados na literatura refere-se a posição econômica relativa da Argentina, no passado e atualmente, aos países desenvolvidos. Até a II Guerra Mundial este país gozava de uma posição econômica bastante superior a países como, por exemplo, o Japão, e ao final do século a posição se reverte para uma posição bem inferior. Essa trajetória poderia ser explicada através da instabilidade política e desvalorização dos valores político-institucionais vivenciadas pela Argentina nas últimas décadas, enquanto no Japão ocorreu exatamente o contrário.

Das estimações e simulações pode-se inferir que a qualidade institucional afeta não apenas o nível de crescimento de longo prazo como também indica que o primeiro passo a ser efetivado em uma política de crescimento sustentável dá-se pela constituição de mecanismos eficazes de forma a garantir uma estrutura institucional capaz de prover os fatores causadores e mantenedores do crescimento de forma contínua.

Estimativas confiáveis permitiram previsões acuradas para vários países. No caso do Brasil, as estimativas demonstram que o país encontra-se a uma longa distância do estado institucional dos países desenvolvidos

Está claro também que capital social é um fator importante explicando variações nacionais atravessadas em crescimento econômico. Quando a variável está incorporada em um modelo de crescimento, é um predito altamente significativo de crescimento em um jogo diverso de países, e na presença de várias variáveis de controle. Além disso, estes resultados não são dependentes no fato que um país tem um governo democrático.

Capital social é em última instância como jogo de valores sociais. Esta pesquisa apóia a idéia, defendida por vários escritores que um conjunto de valores tem um papel chave para explicar as variações do desempenho econômico, e não pode ser ignorado em qualquer modelo adequado de crescimento econômico.

## Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A formação do capital social para o desenvolvimento sustentável*. São Luiz: Trabalho apresentado no II Fórum Contag de Cooperação Técnica, 1998.
- ACEMOGLU, D.; JONHSON, S.; ROBINSON, J.. *The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation*. Cambridge: NBER Paper nº 7771 2000.
- ADLER, P. S.; KWON, S.. *Social capital: the good, the bad, the ugly*. mimeo. April, 1999.
- AHMAD, S.. *Dados do World Development Report*, fornecidos pelo do Development Data Group da Vice Presidência de Economia do Desenvolvimento do World Bank. 2001.
- ALESINA, Alberto; FERRARA, Eliana. *Who trusts others?*; December 2000; London; Paper No.2646 [Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://post.economics.harvard.edu/faculty/alesina/pdf-papers/trustcepr.pdf>.
- ARROW, Kenneth J. *Observations on social capital*. In: DASGUPTA, Partha, SERALGEDIN, Ismail. *Social capital: a multifaceted perspective*. Washington, D.C: World Bank, 2000.
- AMORIM, Mônica. *"Clusters" Como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- ARRAES, R. ; TELLES, V.. *Eficiência, Corrupção e Crescimento Econômico*. Fortaleza: Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento: V Encontro Regional de Economia, 2000.
- BANDEIRA, Pedro. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Texto para discussão nº 630. Brasília: IPEA, 1999.
- BARRO, Robert. *A Cross-Country Study of Growth, Saving and Government*. Cambridge: National Bureau of Economic Research Working Paper 2855, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Government spending in a Simple Model of Endogenous Growth*. Journal of Political Economy. Volume 98 nº 5, 1990.
- BECKER, Gary. *Accounting for tastes*. Cambridge: Harvard University, 1996.
- BLANCO, F.; *O Comportamento Fiscal dos Estados Brasileiros e seus Determinantes Políticos*. Revista da ANPEC nº 1 - janeiro/junho 2001a.
- \_\_\_\_\_. *Efeitos das Despesas Públicas dos Estados Sobre Indicadores Sócio-Econômicos Estaduais*. ANPEC - Encontro Nacional de Economia; Salvador-Ba, 2001b.
- CANUTO, Otaviano. *Os Ingredientes - Capital Social é Apontado como Elemento Chave no Desenvolvimento Econômico*; Publicado pelo jornal O Estado de São Paulo em 07/03/2000
- CARVALHO, Ruy de Q. *Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação*. In: FERRETTI, C. et al. (Org.). *Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 93-127.
- CHOPRA, Kanchan. *Social Capital and sustainable development: the role of formal and informal institutions in a developing country* ; DELHI. January 2001. [On-line] Disponível na Internet via WWW. URL: [http://www.iisd.org/pdf/pe\\_social\\_capital\\_sd.pdf](http://www.iisd.org/pdf/pe_social_capital_sd.pdf).

- CLAGUE, Christopher. *The new institutional economics and economic development*. In: CLAGUE, Christopher (ed.). *Institutions and Economic Development: Growth and Governance in Less Developed and Post-Socialist Countries*. Maryland: Johns Hopkins University, 1997. p.12-37
- COLEMAN, J.. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Mass: Harvard University, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Social Capital in the Creation of Human Capital*. *American Journal of Sociology* 94. (Supplement) S95-S120. 1988.
- COLLIER, P.. *Social Capital and Poverty*. Washington, DC: The World Bank (mimeo), 1998.
- COSTA, D. L. ; KAHN, M. E.. *Understanding The Decline In Social Capital, 1952 – 1998*. Cambridge: NBER Working Paper n° 8295, 2001.
- Cox, E .. *A Society Truly Civic: Boyer Lectures 1995*. Sydney: ABC Books. 1995.
- EASTERLY, W.. "Life During Growth" *Journal of Economic Growth* v.4, n.3, p.239-275. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Can institutions resolve ethnic conflict?*; World Bank: February 2000.
- EICHSTÄTT, André. *Social Capital, Poverty Reduction and 'Gesellschaftsordnungspolitik'*. Paper to be presented at the 'Workshop of the Workshop' 2 Conference, held at IUB June, 9-13, 1999. [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.indiana.edu/~workshop/wow2/publications/jun1199.pdf>.
- EVANS, P.. *Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy*. *World Development* 24(6), 1996, 1119-1132.
- FALK, Ian ; HARRISON, Lesley. *Indicators of social capital: social capital as the product of local interactive learning processes*. Tasmania: World Bank, 1998.
- FGV. *Revista Conjuntura Econômica*. Varias edições
- FOUNTAIN, Jane. *Social capital: a key enabler of innovation*. In: BRASCOMB, L. KELLER, J (ed.). *Investing in innovation: towards a consensus strategy for federal technology policy*. Cambridge: MIT, 1997.
- FUKUYAMA, F. *Social capital and civil society*. mimeo. Trabalho apresentado na IMF Conference on Second Generation of Reforms. 1999.
- \_\_\_\_\_. "Trust And Institutions: A Post-Election Analysis" .U.S. Capitol Building, November 19, 1996
- GLAESER, Edward et. al.. *What is social capital?* NBER Working Paper n° 7216, July 1999.
- GLAESER, E. L. ; LAIBSON, D. ; SACERDOTE, B.. *The Economic Approach To Social Capital*. Cambridge: NBER Working Paper n° 7728, 2000.
- GRANOVETTER, Mark. *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*. *American Journal of Sociology*. v. 91, p. 481-510, 1984.
- GROOTAERT, C. "Social Capital: The Missing Link?" in *Expanding the Measure of Wealth: Indicators of Environmentally Sustainable Development*. Environmentally Sustainable Development Studies and Monographs Series No. 7. Washington, DC: World Bank. 1997.

- GUIO, L. ; SAPIENZA, P. ; ZINGALES, L.. *The Role Of Social Capital In Financial Development*. Cambridge: NBER Working Paper n° 7563, 2000.
- HAGUENAUER, Lia; PROCHINIK, Victor. *Indetificação de cadeias produtivas..* Fortaleza: Banco do Nordeste. 2000.
- HELLIWEL, J. *Empirical Linkages Between Democracy and Economic Growth*. *British Journal of Political Science*, 24, 225-48. 1994.
- \_\_\_\_\_. *Economic Growth And Social Capital In Asia*. Cambridge: NBER Paper n° 5470, 1996.
- HELLIWEL, J. ; PUTNAM R.. *Education And Social Capital*. Cambridge: NBER Paper n° 7121, 1996.
- HISAMATSU, Yoshiaki. *Social Capital Formation in Mexico: Evidence from the 1996 Household Survey*. Tóquio [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: [http://www.geocities.co.jp/Bookend-Ohgai/9844/tyana/ajel\\_yoshi\\_paper3.pdf](http://www.geocities.co.jp/Bookend-Ohgai/9844/tyana/ajel_yoshi_paper3.pdf). 2001.
- INGLEHART, Ronald. *Post modernization Brings Declining Respect For Authority But Rising Support For Democracy*. Forthcoming in Pippa Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford University Press. Oxford: 1999.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Varias edições
- ICPSR. *Inter-University Consortium For Political And Social Research* [Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.icpsr.umich.edu>; 2001.
- IPEA. *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasília*. [Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.ipea.gov.br>; extraído em 20.11.2001.
- IUPERJ. *Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro*. [Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.iuperj.br>; extraído em 20.11.2001.
- JONES, L. E. ; MANUELLI, R. E. ; STACHETTI, E.. *Technology(and Policy) Stocks in Models of Endogenous Growth*. NBER Working Paper n° 7063,1999.
- KNACK, Stephen. *Social Capital, growth and poverty: a survey of cross-country evidence*. The World Bank Social Development Family Environmentally and Socially Sustainable Development Network April 1999;
- KNACK, S. and KEEFER, P. (1997). *Does social capital have an economic payoff? A cross-country investigation*. *Quarterly Journal of Economics*, 112(4), 1251-1288.
- LANDRY, Réjean ; AMARA, Nabil ; LAMARI, Moktar. *Does Social Capital Determine Innovation? To What Extent?*; Québec, Canadá; 2000 [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.ulaval.ca/kuuc/droit/txtfr/pdf/eng/socibraz.pdf>;
- LAZZARINI, S. ; CHADDAD, F. ; NEVES, M.. *O Conceito de Capital Social e Aplicações para Desenvolvimento e Estratégia Sustentável*; Preços Agrícolas; Maio de 2000;
- LLEDO, V. ; *Distribuição de Renda, Crescimento Endógeno e Política Fiscal uma Análise Cross Section para Estados Brasileiros*. TEXTO P/ DISCUSSÃO N 441, IPEA. 1998.
- LUCAS, R.E.. "On the mechanics of economic development", *Journal of Monetary Economics*, 22, 3-42. 1988.

- PORTES, A. ; LANDOLT, P. *The Downside of Social Capital. The American Prospect*. May- June, n.26, p.18-21. 1997.
- PUTNAM, R.. *Bowling Alone : the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RAISER, Martin et al. *Social Capital in Transition: A First Look at the Evidence*. February 2001; Working paper No. 62[Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.colbud.hu/honesty-trust/raiser/pub01.PDF>.;
- RAUCH, J. E.. *Trade And Search: Social Capital, Sogo Shosha, And Spillovers*. Cambridge: NBER Working Paper n° 5618,1996.
- REQUIER-DESJARDINS, D.. *On some definitions and relevance of social capital*. January, 2000.
- RITZEN, J.. "Social Cohesion, Public Policy, and Economic Growth: Implications for OECD Countries," keynote address presented at Symposium on the Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well Being, Quebec, 2000.
- RITZEN, J. ; EASTERLY, W. ; WOOLCOCK, M.. *On "Good" Politicians and "Bad" Policies: Social Cohesion, Institutions, and Growth*; [Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://worldbank.com/wbi/governance/pdf/wps2448.pdf>. Arquivo capturado em 05/08/2001.
- ROMER, P.. *Increasing Returns and Long Run Growth*. Journal of Political Economy, 97. 1986.
- SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. Ed. Best Seller. São Paulo, 1994.
- SANTOS, Wanderley G.. *A democracia e seu futuro no Brasil*; INAE; [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.inae.org.br/publi/ep/ep0006.pdf>. 25/05/ 2001.
- SAXENIAN, Anna L.. *Regional advantage: culture and competition in silicon valley and route 128*. Cambridge, Harvard University Press. 1994.
- SCHIMITZ, Hubert. *Responding to global competitive pressure: local co-operation and upgrading in the Sinos Valley, Brazil*. Brihgton, IDS Working paper n.º 82. 1998.
- SCHULLER, T. *The complementary roles of human and social capital*, Manuscript, Birkbeck College, University of London, March. 2000.
- SEN, AMATYA. *DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE*. SÃO PAULO. SCHWARCZ. 1999. P409.
- SOLOW, R. *Notes on Social Capital and Economic Performance*. In: DASGUPTA, Partha,SERALGEDIN, Ismail. *Social Capital: A Multifaceted Perspective*. p.6-12, Washington, D.C: World Bank, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A Contribution to the theory of Economic Growth*. QJE, 1956.
- SOUZA FILHO, J. R.. *Políticas públicas e participação regional: o caso dos conselhos regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.-* Porto Alegre: 1997.
- \_\_\_\_\_. *Cooperação e Participação: Novas Formas de Gestão de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional*. mimeo, 1999.

\_\_\_\_\_, *Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação*. [Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>. Arquivo capturado em 19/08/2001.

SOUSA, Nali. *Desenvolvimento Econômico*. Ed. Atlas; 3ª edição. São Paulo, 1997.

STE. Supremo Tribunal Eleitoral. Brasília; [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.ste.gov.br>; 2001.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília; [on-line] disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.stn.fazenda.gov.br>; 2001.

Summers, R. and A. Heston. 1995. "The Penn World Table, Version 5.6," available from the National Bureau of Economic Research, Cambridge MA. <http://pwt.econ.upenn.edu>

TELLES, Vladimir. *Endogeneidade versus Exogeneidade do Crescimento Econômico: Uma análise Comparativa entre Nordeste, Brasil e Países Desenvolvidos*. Fortaleza: Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado da Universidade Federal do Ceará, 2000. 70p. (Monografia, Bacharelado em Economia)

TEMPLE, Jonathan. *Growth effects of education and social capital in the oecd countries*; ECONOMICS DEPARTMENT WORKING PAPERS NO. 263; Paris: OECD, 2000.

WHITELY, Paul. *Economic Growth and Social Capital*; Sheffield; [Online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.shef.ac.uk/uni/academic/N-Q/perc/Polpaps/Pp6.html>. 2001.

WILLIAMSON, .. "The Economic Analysis of Institutions and Organizations-In General and with Respect to Country Studies." Economics Department W. Paper 133. OECD. Paris, 1993.

WOOLCOCK, M.. *Using Social Capital: Getting the Social Relations Right in the Theory and Practice of Economic Development Princeton* (NJ: Princeton University Press, 2000a).

\_\_\_\_\_,. "The Place of Social Capital in Understanding Social and Economic Outcomes." Paper presented at Symposium on the Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well Being, Quebec, March 19-21, 2000b.

\_\_\_\_\_. *Managing risks, shocks, and opportunity in developing economies: the role of social capital*. Washington, DC: World Bank, mimeo, 1999.

\_\_\_\_\_,. "Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework", *Theory and Society*, 27, 151-208. 1998.

WORLD BANK (BANCO MUNDIAL). *The Initiative on Defining, Monitoring and Measuring Social Capital: Overview and Program Description*. Social Capital Initiative, Paper No.1. Washington, D.C: World Bank, 1998a.

\_\_\_\_\_. *The Initiative on Defining, Monitoring and Measuring Social Capital: Text of Proposals Approved for Funding*. Social Capital Initiative, Paper No.2. Washington, D.C: World Bank, 1998b.

\_\_\_\_\_. *Relatório Sobre O Desenvolvimento Mundial 2000/2001 - Luta Contra A Pobreza*. Washington, D.C: World Bank, 2001. Disponível no site: <http://www.worldbank.org>.